



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
SAL. SRI 22/06/97  
19 OUT 168457  
APROVADA COMISSÃO



ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBENTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, DA  
GALGRIN GROUP S.A.

São partes nesta "Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Galgrin Group S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures") e ofertante:

4º RTD-RJ - 917568

Emol 851,76/Distnb 16,81/16.11/05 33,43  
Matr. ACOTERJ 10.25 / FETJ 133,71  
Lei 4.654/05 33,43 / Tot. Emol (R\$) 879,39  
PARAM Vias 7 / Nome(s) 5 / Págs 69  
Proc Estr. N / Averb N / Dig



- ✓ GALGRIN GROUP S.A., sociedade anônima, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada Beira Rio, s/nº, Área 5, Alameda 2, Galpão nº 4C e Área 5, Alameda 3, Galpão 4D - parte, Condomínio Industrial e Comercial Xerém, bairro Xerém, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.506.236/0001-55, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

- II. como fiadores e principais pagadores das Debêntures ("Fiadores"):

- ✓ EEC Participações S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ramos Batista, nº 198, Conjunto 31 parte, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.182.993/0001-86, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("EEC");

- ✓ ENDURANCE CAPITAL PARTNERS LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ramos Batista, nº 198, Conjunto 31 parte, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.350.493/0001-00, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Endurance Capital" e, quando em conjunto com EEC os "Fiadores Pessoas Jurídicas"); e

- ✓ RICHARD FREEMAN LARK JUNIOR, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Ramos Batista, nº 198, Conjunto 31 parte, Vila Olímpia, portador da carteira de identidade nº 50.440.294-8 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 214.996.428-73 ("Richard Lark" e, em conjunto com, os Fiadores Pessoas Jurídicas, os "Fiadores");

- III. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela,

2º Ofício - Duque de Caxias - RJ  
REGISTRO RTD Total: 533,85  
Emol. 400,75 20% 80,15  
Def/Mp. 40,06 Dist. 2,64  
Mutua. 10,05 Ac. 0,20



2253202



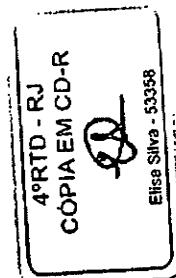
168457



OS

interviente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas");

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"); e



IV. como interveniente anuente:

ANDRÉ ALICKE DE VIVO, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Ramos Batista, nº 198, Conjunto 31 parte, Vila Olímpia, portador da carteira de identidade nº 6.640.410 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 089.880.528-70 ("André De Vivo").

Resolvem as partes celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A emissão das Debêntures ("Emissão") e a Oferta Restrita (conforme definido abaixo) são realizadas com base nas deliberações:

- I. da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 11 de outubro de 2012 ("AGE Emissora"), que aprovou os termos e condições da Emissão e da Oferta Restrita e a constituição das Garantias (conforme abaixo definido);
- II. da Reunião de Sócios da Endurance Capital realizada em 1º de outubro de 2012 ("Reunião Endurance Capital"), que aprovou a outorga da Fiança e das Garantias; e
- III. da Assembleia Geral Extraordinária da EEC realizada em 1º de outubro de 2012 ("AGE EEC"), que aprovou a outorga da Fiança e das Garantias.

2. REQUISITOS

2.1 A Emissão e a Oferta Restrita serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

1. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* (i) A ata da AGE Emissora será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de





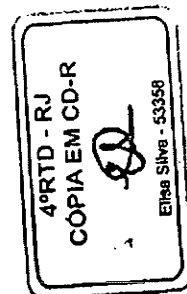
168457



OG. /

Janeiro ("JUCERJA") e publicada nos termos do artigo 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); (ii) a ata da Reunião Endurance Capital será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo; e (iii) a ata da AGE EEC será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo;

- II. *inscrição e registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ter sido (i) inscritos na JUCERJA, nos termos do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) registrados nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas de São Paulo, Duque de Caxias e Rio de Janeiro. Uma via original desta Escritura de Emissão devidamente registrada nos termos deste item II será enviada ao Agente Fiduciário em até 3 (três) dias úteis contados da data do último registro;



- III. *registro para distribuição e negociação.* As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures somente poderão ser adquiridas e negociadas entre investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), de acordo com os termos do artigo 4º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e somente poderão ser negociadas no mercado secundário depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução;

- IV. *dispensa de registro na CVM.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita"), e, portanto, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a CVM;

- V. *registro das Garantias e notificação da cessão fiduciária de direitos creditórios.* As Garantias deverão ser registradas, na forma prevista nos Contratos de Garantia (conforme definido abaixo), nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos e no Livro de Registro de Ações da Emissora, conforme o caso, e uma cópia autenticada integral do Livro de Registro de Ações da Emissora e uma





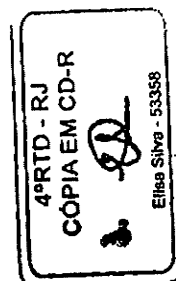
168457



07

Via original de cada documento registrado deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 3 (três) dias úteis contados da data do último registro, e deverão ter sido entregues ao Agente Fiduciário, previamente à integralização das Debêntures, cópias autenticadas das notificações aos credenciadores responsáveis pelo pagamento dos Direitos Creditórios – Credenciadores Cedidos (conforme definido abaixo), na forma prevista no Contrato de Cessão de Direitos (conforme definido abaixo), cientificando-os da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios – Credenciadores, sujeita ao pagamento das Dívidas Quitadas; e

- VI. *dispensa de registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.



### 3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 A Emissora tem por objeto social: (i) o comércio atacadista e varejista de cosméticos, produtos vitamínicos, suplementos alimentares, aparelhos e acessórios para condicionamento físico, produtos naturais, artigos para vestuário e produtos para a saúde em geral; (ii) serviços de edição e comércio varejista de livros, impressos, revistas e livros digitais; (iii) comercialização de bens pela internet, divulgação de informações on-line, desenvolvimento e comercialização de software; (iv) serviços de publicidade, propaganda e marketing; (v) intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, sem especialização definida; e (vi) intermediação de serviços em sites de compra coletiva.

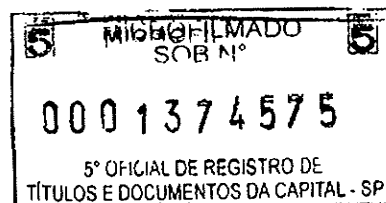
### 4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta Restrita serão utilizados para refinanciamento de dívidas e no curso regular dos negócios da Emissora, observado que parcela dos recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta Restrita deverá ser obrigatoriamente utilizada pela Emissora para a liquidação antecipada e integral das dívidas bancárias listadas no Anexo I desta Escritura de Emissão ("Dívidas Quitadas"), as quais, na Data de Emissão, encontram-se garantidas mediante a cessão fiduciária em garantia de direitos creditórios de titularidade da Emissora e por ela originados no âmbito das operações de venda de produtos para seus clientes e cujos pagamentos são realizados por meio de cartão de crédito.

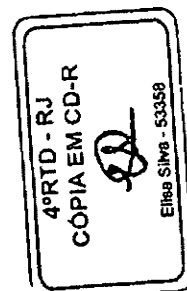




168457



- 4.2. Para fins do disposto nesta cláusula, a Emissora obriga-se, ainda, a entregar ao Agente Fiduciário, com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, antes da efetiva colocação das Debêntures, cópia das comunicações entregues a cada um dos bancos credores listados no Anexo I desta Escritura de Emissão comunicando da liquidação antecipada das respectivas Dívidas Quitadas devidamente assinada pelos representantes legais da Emissora.



## 5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA RESTRITA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição e sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 e do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Galgrin Group S.A." ("Contrato de Distribuição"), com intermediação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., como coordenador líder.

- 5.1.1 Em observância ao disposto na Instrução CVM 476, a Oferta Restrita será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, observado que (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

- 5.1.2 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP.

- 5.1.3 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias.

- 5.2 *Forma e Preço de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo) acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures.

- 5.3 *Forma de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.



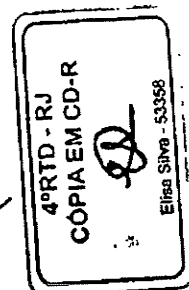


168457



6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 1ª (primeira) emissão para distribuição pública de Debêntures da Emissora.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão é de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor de Emissão").
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 20 (vinte) Debêntures. /
- 6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 6.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriurador (conforme abaixo definido). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato expedido pela CETIP em nome dos Debenturistas para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND.
- 6.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 6.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, na forma do disposto no artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, contando, ainda, com garantia fidejussória pelos Fiadores, nos termos da Cláusula 6.11 abaixo.
- 6.9 *Banco Mandatário e Agente Escriurador.* O banco mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário"). O agente escriurador das Debêntures é Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriurador").
- 6.10 *Garantias Reais.* Em garantia do integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser constituídas as seguintes garantias (em conjunto, as "Garantias"), as quais serão compartilhadas, garantindo *pro rata* as obrigações decorrentes do Bônus de Subscrição emitido na data desta Escritura de Emissão (Certificado 001) em favor de Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil)



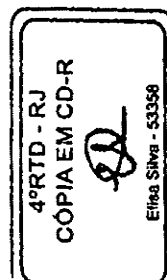


168457



S.A., podendo a sua excussão ser exigida tanto pelo Agente Fiduciário, observadas as condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão, quanto pelo titular do Bônus de Subscrição:

- (i) cessão fiduciária, nos termos do artigo 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada ("Lei 4.728/65"), dos direitos creditórios da Emissora ("Direitos Creditórios Cedidos em Garantia das Debêntures"), decorrentes (a) da totalidade das vendas de produtos para clientes da Emissora que sejam pagáveis em operações com cartão de crédito das bandeiras identificadas no Contrato de Cessão de Direitos ("Direitos Creditórios - Credenciadores Cedidos"), pagáveis pelos credenciadores ali também indicados, os quais deverão passar a ser pagos na Conta Domicílio (conforme definido no Contrato de Cessão de Direitos) e transferidos diariamente, nos termos do Contrato de Cessão de Direitos, para a conta corrente nº 59889, mantida pela Emissora junto ao Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Banco Credit Suisse"), agência nº 0001 ("Conta Vinculada"); (b) da titularidade da Conta Domicílio e da Conta Vinculada, bem como das aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos com recursos depositados na Conta Vinculada e na Conta Domicílio; e (c) da titularidade da Conta de Liberação (conforme definido na Cláusula 6.18), bem como das aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos com recursos depositados na Conta de Liberação, nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia" ("Contrato de Cessão de Direitos");
- (ii) (a) alienação fiduciária da totalidade das ações ordinárias nominativas de emissão da Emissora, de titularidade de EEC, representando 100% (cem por cento) do capital social da Emissora ("Ações Alienadas"), nos termos do artigo 66-B da Lei 4.728/65 e do artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações; (b) cessão fiduciária de todos os direitos econômicos inerentes às Ações Alienadas, presentes e futuros, inclusive direitos creditórios decorrentes do pagamento de lucros, juros sobre capital próprio, dividendos e quaisquer outros frutos ou rendimentos relativos às Ações Alienadas ("Direitos Econômicos"), os quais deverão ser pagos única e exclusivamente na conta respectiva de cada alienante mantida junto ao Banco Credit Suisse e identificada no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e (c) cessão fiduciária dos direitos de todos os alienantes contra o Banco Credit Suisse com relação às contas referidas na alínea (b), bem como todas as aplicações financeiras



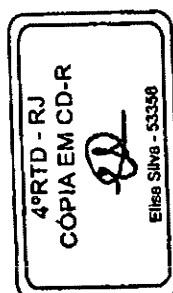


168457



existentes ou feitas de tempos em tempos com os recursos depositados em e/ou vinculados a tais contas, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"); e

- (iii) cessão fiduciária nos termos do artigo 1.361 e seguintes do Código Civil e artigo 66-B da Lei 4.728/65, de certificado de depósito bancário emitido pelo Banco Credit Suisse em favor de André De Vivo, no valor de R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais) ("CDB"), conforme identificado no "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Certificados de Depósito Bancário em Garantia" ("Contrato de Cessão de CDB") e, e em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e o Contrato de Cessão de Direitos, os "Contratos de Garantia").



#### 6.11 *Garantia Fidejussória.*

6.11.1 Os Fiadores, neste ato, obrigam-se, solidariamente com a Emissora e entre si, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores e solidariamente responsáveis por todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil, e dos artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (conforme alterada, "Código de Processo Civil"), pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive a remuneração prevista no inciso I da Cláusula 8.12 abaixo, ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão ("Fiança").

6.11.1.1 A Fiança, com relação exclusivamente a Richard Lark, não será exequível contra Richard Lark somente se Richard Lark comprovar que o EBITDA da Emissora dos últimos 12 meses, conforme verificado com base em demonstrações financeiras preparadas no último dia útil do mês anterior à declaração de Vencimento Antecipado ou da Data de Vencimento, conforme o caso, é igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais).







168457



12

6.11.2 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificado o não pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, observado o disposto na Cláusula 6.11.1.1 acima.

6.11.3 Os Fiadores desde já concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar da Emissora qualquer valor por eles honrado nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

6.11.4 Sem prejuízo da Fiança aqui prevista, EEC, Endurance Capital, Richard Lark e André De Vivo obrigam-se, solidariamente, em caráter irrevogável e irretratável, a, na ocorrência das hipóteses previstas no subitem 6.11.4.1 abaixo, integralizar em dinheiro o aumento de capital da Emissora em valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ("Valor de Capitalização"), deliberado na AGE Emissora e subscrito conforme cópia do boletim de subscrição constante do Anexo III à presente Escritura de Emissão.

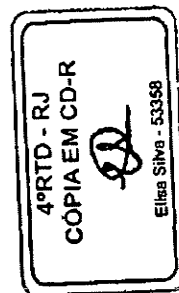
6.11.4.1 O aporte de capital referido na Cláusula 6.11.4 acima deverá ser realizado e integralizado, em dinheiro, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento de notificação escrita do Agente Fiduciário informando da ocorrência de qualquer dos seguintes eventos ("Eventos de Capitalização"):

Descumprimento de qualquer dos seguintes limites e índices financeiros, calculados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, a serem verificados trimestralmente ao término de cada trimestre do exercício social da Emissora, com relação a qualquer trimestre de referência indicado abaixo:

- (1) a Dívida Líquida no último dia de qualquer trimestre até o trimestre findo em 31 de dezembro de 2015 não poderá ser superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais);
- (2) o Patrimônio Líquido no último dia de qualquer trimestre até o trimestre findo em 31 de dezembro de 2015 deverá ser superior a R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais);
- (3) o EBITDA referente ao período dos últimos 3 (três) meses findo em 31 de dezembro de 2012 deverá ser superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);



2253202



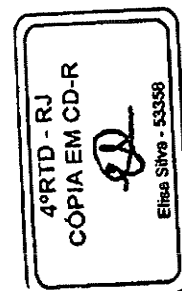


168457



13

- (4) o EBITDA referente ao período dos últimos 6 (seis) meses findo em 31 de março de 2013 deverá ser superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (5) o EBITDA referente ao período dos últimos 9 (nove) meses findo em 30 de junho de 2013 deverá ser superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (6) o EBITDA referente ao período dos últimos 12 (doze) meses, encerrando-se na data de verificação, deverá ser superior a:
- (i) para o trimestre findo em 30 de setembro de 2013, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais)
  - (ii) para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2013, R\$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais);
  - (iii) para o trimestre findo em 31 de março de 2014, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
  - (iv) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro de 2014, R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais)
  - (v) para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2014, R\$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais); e
  - (vi) para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2015, R\$10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais).
- (7) a razão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante não poderá ser inferior a:
- (i) para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2013, 1,1x (um vírgula uma vez); e
  - (ii) para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2014 e 2015, 1,0x (um vírgula zero vezes).
- (8) Caixa e Aplicações Financeiras deverá ser superior a:
- (i) para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2012



Handwritten signatures and initials.



168457



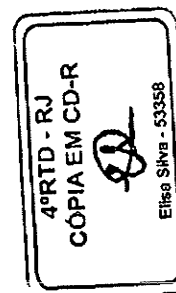
Handwritten signature and initials.

e 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2013, R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais); e

- (ii) para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2014 e 2015, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Para os fins desta Escritura de Emissão, os seguintes termos possuem os seguintes significados:

- (a) "EBITDA" significa o somatório: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, e (iv) das despesas não operacionais e/ou não recorrentes deduzidas das receitas não operacionais e/ou não recorrentes ocorridas no mesmo período;
- (b) "Caixa e Aplicações Financeiras" significa caixa e aplicações financeiras consolidadas de liquidez imediata que não estejam submetidos a qualquer ônus, impedimento ou gravame e que não estejam garantindo qualquer obrigação de pagar, devida por si ou por qualquer terceiro, exceto os ônus decorrentes dos Contratos de Garantia;
- (c) "Dívida Bruta" significa o somatório das dívidas onerosas consolidadas junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, exceto contas a pagar com fornecedores, incluindo, mas não limitado a, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, o somatório dos avais, fianças, penhores e garantias prestadas a terceiros, antecipação de recebíveis, dívidas tributárias (incluindo aquelas oriundas de programas de parcelamento tributário e aquelas ainda não incluídas nos programas de parcelamento mas cujo valor devido já esteja provisionado), bem como valores a pagar a acionistas (exceto aqueles relativos aos Direitos Econômicos), líquido do saldo a receber (ou acrescido do saldo a pagar) de contratos de derivativos, incluindo hedge e/ou swap;
- (d) "Dívida Líquida" significa o montante de Dívida Bruta deduzido do saldo em Caixa e Aplicações Financeiras;



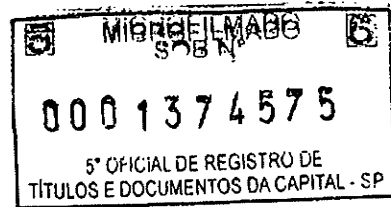
Handwritten signature and initials.



Handwritten signature and initials.

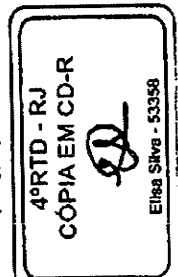


168457



15

- (c) "Patrimônio Líquido" significa o montante de tal rubrica, apurado em bases consolidadas, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e demonstrativos financeiros consolidados da Emissora;
- (f) "Ativo Circulante" significa o montante de tal rubrica apurada em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nos demonstrativos financeiros auditados e/ou com revisão limitada da Emissora;
- (g) "Passivo Circulante" significa o montante de tal rubrica apurada em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nos demonstrativos financeiros auditados e/ou com revisão limitada da Emissora; e
- (h) "Receita Líquida" significa o somatório das receitas provenientes de vendas de produtos e serviços, líquidas de devoluções, impostos incidentes sobre vendas e outras deduções.



6.11.4.2 Caso EEC, Endurance Capital, Richard Lark e/ou André De Vivo, a qualquer momento após a assinatura da Escritura de Emissão, realizem, direta ou indiretamente, independentemente da ocorrência de um Evento de Capitalização, um ou mais aportes de capital na Emissora, mediante a subscrição e integralização em dinheiro de novas ações de emissão da Emissora, inclusive as ações subscritas no âmbito do boletim de subscrição, nos termos do Anexo III à presente Escritura de Emissão, os valores relativos aos referidos aportes de capital deverão ser abatidos do Valor de Capitalização cuja integralização seja exigível para fins do disposto na Cláusula 6.11.4 acima.

6.11.4.3 Independente do aporte de capital previsto nas Cláusulas 6.11.4 a 6.11.4.2 acima, os Fiadores obrigam-se, solidariamente, em caráter irrevogável e irretratável, a realizar aporte de capital adicional à Emissora em valor equivalente ao que a Emissora seja a qualquer tempo obrigada a pagar ou incorrer (inclusive honorários advocatícios) com relação às demandas identificadas no Anexo IV à presente Escritura de Emissão e quaisquer outras demandas relativas a tais tributos ou outros tributos da mesma espécie ou referentes a outros estados e fatos geradores.

6.11.4.4 Uma vez integralizado em dinheiro o total do Valor de Capitalização, inclusive mais não se limitando nos termos da Cláusula 6.11.4.1 ou 6.11.4.2 acima, EEC, Endurance Capital, Richard Lark e





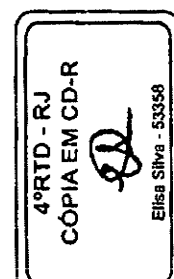
168457



16

André De Vivo ficam desobrigados de realizar novos aportes de capital, caso ocorra um Evento de Capitalização ou novos Eventos de Capitalização, conforme o caso.

- 6.12 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 11 de outubro de 2012 ("Data de Emissão").
- 6.13 *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de outubro de 2015 ("Data de Vencimento").
- 6.14 *Amortização do Valor Nominal Unitário.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão em 5 (cinco) parcelas trimestrais, sucessivas, sendo as parcelas iguais no valor correspondente a 20% (vinte por cento) cada do Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, devidas nas mesmas Datas de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo), sendo a primeira parcela devida em 11 de outubro de 2014 e a última parcela, devida na Data de Vencimento.
- 6.15 *Remuneração.* As Debêntures farão jus à remuneração equivalente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias referenciais dos Depósitos Interfinanceiros (DI Over Extragrupo) apuradas e divulgadas diariamente pela CETIP em sua página na Internet ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)) e calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Taxa DI"), acrescida, de acordo com a fórmula apresentada abaixo, de uma sobretaxa de 4,00% (quatro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração").



A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos e incidirá sobre o saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$

onde:

J: valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe: Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado





168457



com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI: produtório dos fatores das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

, onde:

n: número total de fatores das Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

k: número de ordem dos fatores das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até "n";

$\text{TDI}_k$ : Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

, onde:

$\text{DI}_k$  Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread: sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

, onde:

Spread: significa 4,0000 (quatro inteiros).

DP: número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, e a Data de Pagamento da Remuneração em questão (exclusive), sendo "DP" um número inteiro.

Observações aplicáveis ao cálculo da Remuneração:

(i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;



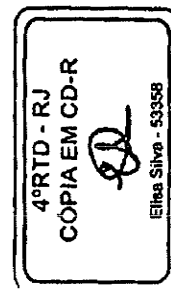


168457



- (ii) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.15.1 A Remuneração será devida desde a Data de Emissão e será paga mensalmente no dia 11 de cada mês após a Data de Emissão até a Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), sendo o primeiro pagamento devido em 11 de novembro de 2012. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário.



6.15.2 O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração do respectivo período ("Período de Capitalização").

6.15.3 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será utilizada na apuração de  $TDI_k$  a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

6.15.4 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será





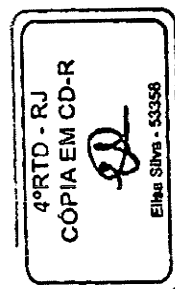
168457



19

utilizada na apuração do Fator DI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

6.15.5 Na hipótese prevista na Cláusula 6.15.4 acima, caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.6 abaixo), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:



- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures acrescido da Remuneração relativa ao período até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a Data de Emissão ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de  $TDI_k$  no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, com sua consequente liquidação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta alternativa, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures em Circulação. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em Circulação, as Debêntures farão jus à nova remuneração a ser definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 6.15.4 acima com o quorum referido na Cláusula 6.15.5 acima, a qual obedecerá as disposições legais vigentes.

6.15.6 Os Fiadores desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 6.15.3 a 6.15.5 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos dos artigos 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. Os Fiadores







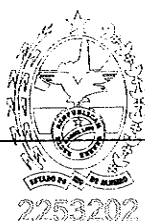
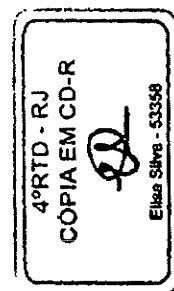
168457



desde já concordam e obrigam-se a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto nas Cláusulas 6.15.3 a 6.15.5 acima.

- 6.16 *Repactuação.* Não haverá repactuação programada.
- 6.17 *Resgate Antecipado Facultativo e Aquisição Facultativa.* Não haverá resgate antecipado facultativo ou aquisição facultativa das Debêntures pela Emissora.
- 6.18 *Liberação do Valor de Integralização das Debêntures.* Os recursos decorrentes da integralização das Debêntures serão creditados na conta corrente nº 59936, mantida pela Emissora junto ao Banco Credit Suisse, agência nº 001 ("Conta de Liberação"), sendo que, desse valor: (a) o montante para a liquidação integral das Dívidas Quitadas, listadas no Anexo I da presente Escritura de Emissão, será transferido para as instituições indicadas no Anexo I para pagamento das Dívidas Quitadas, pelo que a Emissora deverá, até a data de integralização das Debêntures entregar ao Banco Credit Suisse, com o de acordo do Agente Fiduciário, instrução de transferência na forma do Anexo II à presente Escritura de Emissão, devidamente assinada pelos representantes legais da Emissora, e (b) o saldo remanescente será transferido, para a conta corrente nº 59938 mantida pela Emissora junto ao Banco Credit Suisse, agência nº 0001 ("Conta de Livre Movimentação"), mediante autorização escrita do Agente Fiduciário, após a apresentação pela Emissora (i) dos comprovantes de pagamento das Dívidas Quitadas e (ii) de (a) comprovação da notificação aos credenciadores responsáveis pelo pagamento dos Direitos Creditórios – Credenciadores Cedidos, na forma do Contrato de Cessão de Direitos, ou (b) com relação a credenciadores que não tenham firmado "de acordo" em tais notificações, extrato comprobatório de que tais credenciadores estão realizando o pagamento dos Direitos Creditórios – Credenciadores Cedidos na Conta Domicílio. Após as liberações indicadas nesta Cláusula, a Conta de Liberação deverá ser encerrada pela Emissora, e o comprovante de encerramento deverá ser encaminhado ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias após a transferência do saldo remanescente, mencionada no item (b) acima.

- 6.18.1 Caso o Limite Mínimo (conforme definido no Contrato de Cessão de Direitos) não seja observado no mês imediatamente anterior à solicitação de liberação do valor de integralização das Debêntures, na forma da Cláusula 6.18, o valor correspondente a 2,5x (duas vezes e meia) a diferença entre o Limite Mínimo e o saldo dos recebíveis com vencimento até 12 (doze) meses indicados na relação de recebíveis que constitui o Anexo V ao Contrato de Cessão de Direitos ou na última relação atualizada entregue ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 2.1.2.1 do Contrato de Cessão de Direitos deverá ser retirado da Conta de Liberação e transferido para a Conta Vinculada, ficando sujeito aos termos do Contrato de Cessão de Direitos. Somente após, o





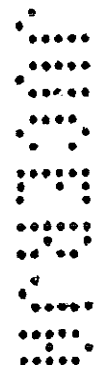
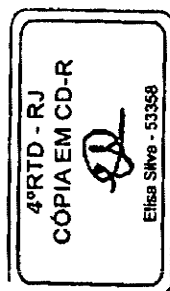
168457



21

saldo remanescente será transferido para a Conta de Livre Movimentação, sujeito às condições estabelecidas na Cláusula 6.18. Além disso, a Emissora permanecerá obrigada pelo depósito, na Conta Vinculada, do valor exigido nos termos da Cláusula 2.1.2.2 do Contrato de Cessão de Direitos, caso o valor transferido nos termos deste item não seja suficiente para satisfazer a exigência de tal Cláusula.

- 6.19 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, além da Remuneração, que continuará a incidir sobre o débito em atraso à taxa prevista nesta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").
- 6.20 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* A eventual indisponibilidade do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 6.21 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente no SND, ou, ainda, por meio do Agente Escriurador para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.
- 6.22 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.22.1, 6.22.2, 6.22.3 e 6.22.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive) (e, ainda, dos Encargos Moratórios, conforme o caso, de acordo com o previsto na Cláusula 6.22.4 abaixo), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Vencimento Antecipado"):
- I. inadimplemento, por parte da Emissora e/ou dos Fiadores, com relação ao pagamento da amortização do Valor Nominal Unitário, da





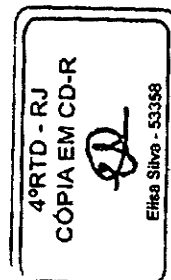
168457



22

Remuneração e/ou de qualquer outra obrigação pecuniária relativa às Debêntures, caso o inadimplemento não seja sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data em que o pagamento era devido nos termos desta Escritura de Emissão;

- II. descumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer Fiador, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão que não seja regularizado no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento de notificação do Agente Fiduciário acerca do referido descumprimento, ou caso qualquer declaração ou garantia prestada nesta Escritura de Emissão seja falsa ou incorreta;
- III. descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme prevista na Cláusula 4.1 desta Escritura de Emissão;
- IV. inadimplemento ou vencimento antecipado (e/ou ocorrência de qualquer evento ou o não cumprimento de qualquer obrigação que enseje ao respectivo credor o direito de declarar o vencimento antecipado) de qualquer obrigação financeira da Emissora, qualquer de suas Controladas Relevantes e/ou de qualquer Fiador, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), salvo se tal inadimplemento (i) for sanado dentro dos prazos de cura ou correção previstos nos respectivos instrumentos; ou, conforme o caso, (ii) estiver sendo contestado por procedimento devidamente instaurado e diligentemente conduzido de boa-fé pela Emissora;
- V. protesto de títulos por cujo pagamento a Emissora, qualquer de suas Controladas Relevantes, e/ou qualquer Fiador, seja responsável, ainda que na condição de garantidor, e cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), salvo se, no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora ou pelo Fiador que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (iii) foi apresentada defesa e prestadas as devidas garantias em juízo;
- VI. execução de títulos contra a Emissora, qualquer de suas Controladas Relevantes ou contra qualquer Fiador, cujo valor agregado não pago, em conjunto ou isoladamente, ultrapasse R\$200.000,00 (duzentos mil reais), e desde que permaneça não pago por um período superior a 30 (trinta) dias sem que seja interposto recurso tempestivo contra a execução de tal título, salvo se (i) forem apresentadas garantias suficientes para garantir o pagamento em juízo, no prazo legal; ou (ii) o título ou sua execução esteja sendo contestado por procedimento





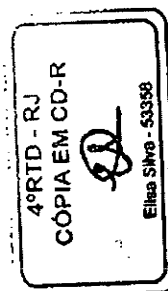
168457



23

devidamente instaurado e diligentemente conduzido e, em qualquer caso, a sua execução ou garantias prestadas não recaia sobre bens ou direitos da Emissora, de suas Controladas Relevantes, ou dos Fiadores de valor superior ao valor de Gravames permitido nesta Escritura de Emissão;

- VII. (i) dissolução ou extinção da Emissora, decretação de falência e/ou insolvência da Emissora, qualquer Fiador, conforme aplicável, e/ou de qualquer sociedade Controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora; e/ou (ii) a convocação e/ou realização de qualquer assembleia de acionistas da Emissora para deliberar sobre qualquer dos eventos indicados no item (i) acima;
- VIII. (a) pedido de falência, insolvência ou recuperação judicial, pela própria Emissora, Fiador e/ou qualquer de suas respectivas Controladoras, Controladas e/ou coligadas, proposta ou pedido de recuperação extrajudicial da Emissora, de qualquer Fiador e/ou qualquer de suas respectivas Controladoras, Controladas e/ou coligadas, conforme aplicável; ou (b) ou requerimento de falência ou insolvência da Emissora, qualquer Fiador e/ou Controladora ou Controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora e/ou qualquer Fiador, não elidido, com relação a este item (b), no prazo legal;
- IX. (A) cisão, fusão ou incorporação da Emissora e/ou de qualquer sociedade Controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, salvo (i) se tal alteração societária for previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim; (ii) se for garantido o direito de resgate aos Debenturistas que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) em caso de reestruturação societária envolvendo a Emissora e suas Controladas que não implique Mudança de Controle, desde que a sociedade resultante de tal reestruturação societária assumas as obrigações decorrentes das Debêntures de forma satisfatória aos Debenturistas; e (iv) se tal alteração societária não resultar em uma Mudança Adversa Relevante (conforme abaixo definido); e/ou (B) a convocação e/ou realização de qualquer assembleia de acionistas da Emissora para deliberar sobre qualquer dos eventos indicados no item (A) acima;



Para os fins desta Escritura de Emissão:

- (i) "Controle" (inclusive o termo "Controlada") significa o poder através do qual qualquer pessoa, diretamente ou indiretamente, seja titular de direitos que lhe assegurem





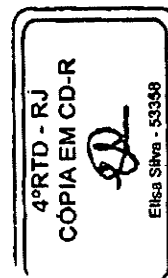
168457



24

preponderância em qualquer tipo de deliberação social ou direção dos negócios de determinada pessoa e o poder de eleger a maioria dos administradores de tal pessoa, por meio de participação societária, contrato, acordo de voto ou de qualquer outra forma;

- (ii) "Mudança de Controle" significa (a) ECP Private Equity Brazil Fundo de Investimento em Participações ("Fundo") deixar de: (i) deter ou ser beneficiário, de forma direta ou indireta, da maioria absoluta das ações com direito a voto da Emissora; ou (ii) ter o Controle da Emissora; (b) a Emissora deixar de: (i) deter ou ser beneficiária, de forma direta ou indireta, da maioria absoluta das ações com direito a voto de qualquer Controlada Relevante; ou (ii) ter o Controle de qualquer Controlada Relevante; (c) Endurance Capital deixar de ser a gestora do Fundo ou de ter o poder de eleger a maioria dos administradores da Emissora; e/ou (d) Richard Lark e/ou André De Vivo deixar de (i) deter ou ser beneficiário, de forma direta ou indireta, da maioria absoluta das quotas do capital da Endurance Capital, ou (ii) ter o Controle da Endurance Capital.



- (iii) "Controladas Relevantes" significa qualquer Controlada da Emissora: (a) cujos ativos, conforme demonstrações financeiras mais recentes da Emissora, correspondam a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do total dos ativos da Emissora, em bases consolidadas; ou (b) cuja receita bruta, no período de 12 (doze) meses encerrando-se na data-base das demonstrações financeiras mais recentes da Emissora, represente, no mínimo, 15% (quinze por cento) da receita bruta total da Emissora no mesmo período, em bases consolidadas; e
- (iv) "Mudança Adversa Relevante" significa qualquer efeito prejudicial relevante na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas da Emissora, de suas respectivas Controladas e/ou dos Fiadores, que afete ou possa afetar a capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Emissora e/ou dos Fiadores, de cumprir suas obrigações financeiras e/ou não financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão.

- X. transferência, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado





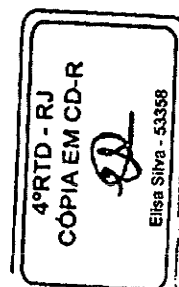
168457



25 f

por Debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;

- XI. pagamento, pela Emissora ou pela EEC, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista acima do dividendo mínimo obrigatório limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações;
- XII. ocorrência de quaisquer eventos ou situações que afetem ou possam afetar de maneira adversa relevante o exercício, pelos Debenturistas, de seus direitos e garantias decorrentes desta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitações, a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante, desde que, sendo passível de remediação, tal evento ou situação não deixe de surtir efeitos dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis após sua ocorrência ou verificação;
- XIII. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e/ou licenças, inclusive ambientais, que sejam consideradas relevantes e cuja não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão resulte em Mudança Adversa Relevante no regular exercício das atividades da Emissora, ou de qualquer Controlada, exceto se, dentro do prazo de 5 (cinco) dias contados de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprovar a existência de provimento judicial autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora, ou de qualquer Controlada, até a renovação ou a obtenção da referida autorização ou licença;
- XIV. alteração ou modificação do objeto social da Emissora, de forma que a Emissora deixe de desenvolver as atividades desenvolvidas pela Emissora na Data de Emissão;
- XV. (i) transformação da Emissora em qualquer outro tipo societário, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; e/ou (ii) a convocação e/ou realização de qualquer assembleia de acionistas da Emissora para deliberar sobre o evento indicado no item (i) acima;
- XVI. redução do capital social da Emissora, salvo se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- XVII. se a Emissora e/ou qualquer de suas Controladas e/ou coligadas (i) realizar ou conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ou adiantamentos, e/ou quaisquer pagamentos por conta de reorganização societária, incluindo mas não se limitando a pagamentos por conta de





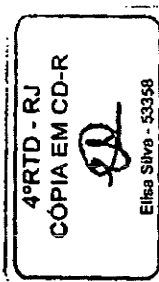
168457



26

redução de capital, a qualquer Parte Relacionada (conforme abaixo definido), direta ou indiretamente; (ii) efetuar qualquer investimento em qualquer Parte Relacionada (incluindo através da subscrição de ações, concessões de empréstimos ou adiantamentos ou transferência de propriedade); (iii) arrendar, vender, transferir ou dispuser de qualquer ativo, tangível ou intangível, para qualquer Parte Relacionada; ou (iv) participar de, ou realizar, qualquer operação com qualquer Parte Relacionada; a menos que a referida operação ou série de transações seja(m) realizada(s) em termos e condições não menos favoráveis do que aqueles que seriam obtidos em uma operação comparável, em termos estritamente comerciais, com uma entidade que não seja uma Parte Relacionada;

Para os fins desta Escritura de Emissão, (i) "Parte Relacionada" significa os Fiadores, qualquer Afiliada, qualquer sociedade Controlada, direta ou indiretamente, por tais pessoas, assim como qualquer administrador ou parente até o 3º (terceiro) grau, ou cônjuge ou companheiro de administrador de qualquer das pessoas aqui referidas e qualquer sociedade Controlada, direta ou indiretamente, por administrador ou parente até o 3º (terceiro) grau, ou cônjuge ou companheiro de administrador de qualquer das sociedades aqui referidas; e (ii) "Afiliada" significa (i) EEC, ou (ii) qualquer sociedade que, direta ou indiretamente, através de um ou mais intermediários, Controle, seja Controlada ou esteja sob Controle comum a/por/com a Emissora ou a EEC, exceto o Fundo ou qualquer outra sociedade Controlada pelo Fundo porém que não tenha o Controle da EEC ou da Emissora nem seja Controlada pela Emissora ou pela EEC;



XVIII. não observância dos seguintes limites e índices financeiros, calculados com relação às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, a serem verificados trimestralmente (os "Índices Financeiros") observadas as definições dispostas na Cláusula 6.11.4.1 acima:

- (I) a razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses, encerrando-se na data de verificação, deverá ser inferior a:
  - (i) para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro de 2014, 6,5x (seis vírgula cinco vezes);
  - (ii) para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2014, 5,0x (cinco vezes); e
  - (iii) para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho, 30





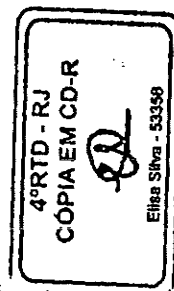
168457



27/

de setembro e 31 de dezembro de 2015, 3,0x (três vezes).

- (2) o Patrimônio Líquido no último dia de qualquer trimestre até o trimestre findo em 31 de dezembro de 2015 deverá ser superior a zero (ser positivo)
- (3) a Dívida Líquida no último dia de qualquer trimestre até o trimestre findo em 31 de dezembro de 2015 não poderá ser superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (4) o EBITDA referente ao período iniciado na data de assinatura da presente Escritura de Emissão e findo em 31 de dezembro de 2012 deverá ser superior a zero (ser positivo);
- (5) o EBITDA referente ao período dos últimos 6 (seis) meses findo em 31 de março de 2013 deverá ser superior a zero (ser positivo);
- (6) o EBITDA referente ao período dos últimos 9 (nove) meses findo em 30 de junho de 2013 deverá ser superior a zero (ser positivo);
- (7) o EBITDA referente ao período dos últimos 12 (doze) meses, encerrando-se na data de verificação, deverá ser superior a:
  - (i) para o trimestre findo em 30 de setembro de 2013, zero (ser positivo);
  - (ii) para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2013, R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais);
  - (iii) para o trimestre findo em 31 de março de 2014, R\$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais);
  - (iv) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro de 2014, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
  - (v) para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2014, R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais);
  - (vi) para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2015, R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).
- (8) a razão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante não poderá ser inferior a:
  - (i) para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2013, 1,0x (um virgula zero vezes); e



Handwritten signatures and initials.





168457

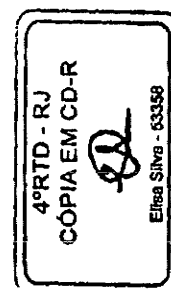


28

- (ii) para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2014 e 2015, 0,8x (zero virgula oito vezes).

(9) Caixa e Aplicações Financeiras deverá ser superior a:

- (i) para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2013, R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais); e
- (ii) para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2014 e 2015, R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).



XIX. pagamento pela Emissora de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, bem como qualquer outra forma de transferência de recursos aos acionistas, quando qualquer Evento de Vencimento Antecipado estiver em curso, ou quando estiver em curso qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo ou envio de notificação, ou ambos, possa resultar em qualquer Evento de Vencimento Antecipado;

XX. se forem constituídos quaisquer gravames sobre bens da Emissora ou dos Fiadores em favor de outros credores, ou se de outra forma forem constituídos, durante o prazo de vigência das Debêntures, quaisquer gravames (inclusive alienação ou cessão fiduciária, penhor, hipoteca, usufruto, penhora, sequestro, arresto e arrolamento) ("Gravames") sobre bens da Emissora ou dos Fiadores a outros credores, inclusive sobre quotas e/ou ações do capital social de sociedades adquiridas com os recursos obtidos com a Oferta Restrita, exceto:

- (1) qualquer Gravame relacionado a processos judiciais que tenham sido movidos em tribunal competente e que estejam sendo contestados em boa fé, contanto que o valor total dos bens objeto de tais Gravames não exceda R\$200.000,00 (duzentos mil de reais) e desde que a execução de tal garantia ou excussão do Gravame não possa resultar em uma Mudança Adversa Relevante;
- (2) qualquer Gravame relacionado a impostos e outros encargos ou tributos governamentais, cujo pagamento ainda não esteja vencido ou esteja sendo contestado em boa fé mediante processos adequados prontamente movidos e diligentemente conduzidos, contanto que o valor total dos bens objeto de tais Gravames não exceda R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) e desde que a execução ou excussão do Gravame não possa resultar em uma Mudança Adversa Relevante;





168457



29

(3) qualquer Gravame decorrente da força da lei cujo valor do bem gravado seja inferior a R\$200.000,00 (duzentos mil de reais) e desde que a execução de tal garantia ou excussão do Gravame não possa resultar em uma Mudança Adversa Relevante;

(4) renovações ou prorrogações das garantias constituídas por Gravames existentes nesta data, desde que tais renovações ou prorrogações sejam em valores iguais ou inferiores, e em termos e condições subordinados ou *pari passu*, às garantias renovadas ou prorrogadas;

(5) Gravames existentes na data de assinatura desta Escritura de Emissão; e

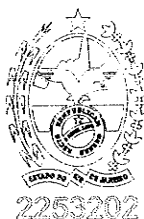
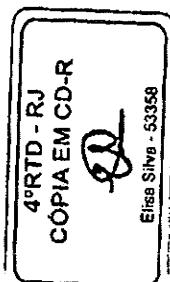
(6) Gravames sobre bens da Emissora e dos Fiadores, em valor total agregado, com relação a todos os bens gravados, além dos referidos nos itens anteriores, inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), para a Emissora isoladamente, e R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para cada Fiador individualmente, e, em cada caso, cuja constituição ocorra no âmbito do regular andamento dos negócios da Emissora e de acordo com as práticas usuais de mercado.

Em nenhuma hipótese será permitida a constituição de Gravames sobre ações da Emissora, exceto pela alienação fiduciária em garantia das ações da Emissora a ser constituída nos termos desta Escritura de Emissão;

XXI. falecimento, interdição, evento equivalente ou procedimento similar de qualquer Fiador, sem que o referido Fiador seja substituído por fiador idôneo aceitável pelos Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da realização da Assembleia Geral de Debenturistas; e/ou

XXII. caso ocorra qualquer um dos Eventos de Vencimento Antecipado, listados nos Contratos de Garantia.

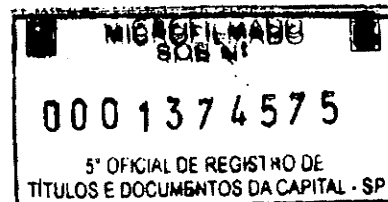
6.22.1 Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nos incisos I, VII, VIII, IX, X, XV, XVI e XXI, da Cláusula 6.22 acima, será a data em que ocorrer qualquer dos referidos Eventos de Vencimento Antecipado, quando o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário, independente de notificação nesse sentido, devendo o Agente Fiduciário, sem prejuízo do caráter automático do Evento de Vencimento Antecipado e de qualquer direito dos Debenturistas, notificar a Emissora da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado; ou (ii) ocorrendo os demais Eventos de Vencimento







168457



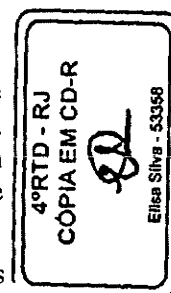
31

(quinze por cento) do valor contábil ou de mercado da totalidade dos ativos da Emissora e/ou da respectiva Afiliada, conforme o caso, considerados individualmente ou de forma consolidada;

(e) Alienação das quotas detidas por Richard Lark e André De Vivo no Fundo; e/ou

(f) qualquer Mudança de Controle.

Não obstante o disposto acima, não será considerado Evento de Resgate a reestruturação societária envolvendo a Emissora e suas Controladas ou a incorporação da EEC na Emissora que, em cada caso, mantenha o Fundo como detentor ou beneficiário, de forma direta ou indireta, da maioria absoluta das ações com direito a voto da Emissora e desde que a sociedade resultante de tal reestruturação societária assuma as obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão de forma satisfatória aos Debenturistas, sem prejuízo dos direitos dos Debenturistas decorrentes desta Escritura de Emissão.



Para os fins desta Escritura de Emissão, os seguintes termos terão os seguintes significados:

"Alienação" (inclusive o termo "Alienar") significa alienar, vender, ceder, transferir, conferir ao capital, instituir usufruto ou fideicomisso, dispor, cancelar ou substituir bens ou direitos, de qualquer forma, direta ou indiretamente, a título gratuito ou oneroso, ainda que em decorrência de cisão, incorporação, fusão, dissolução ou liquidação ou qualquer outro negócio jurídico que resulte na transferência direta ou indireta de bens ou direitos; e

"Direitos de Participação" significa (a) ações ordinárias, preferenciais, quotas, *units*, ou qualquer outro valor mobiliário ou direito de participação societária ("Direitos de Participação Presente") e (b) quaisquer direitos conversíveis ou permutáveis em qualquer Direito de Participação Presente ou que, pelo seu exercício, possam implicar na aquisição ou subscrição de qualquer Direito de Participação Presente.

"Direitos de Participação Emissora" significa Direitos de Participação de emissão da Emissora ou relativos a Direitos de Participação de emissão da Emissora, conforme o caso.

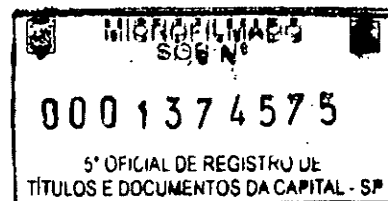
"Direitos de Participação Afiliada" significa Direitos de Participação de emissão de uma Afiliada ou relativos a Direitos de Participação de emissão de uma Afiliada, conforme o caso.

"Oferta Pública" Significa uma oferta pública, primária ou secundária, de quaisquer Direitos de Participação Companhia ou Direitos de Participação Afiliada no mercado local e/ou internacional de valores mobiliários.





168457



Remuneração). Caso o pagamento referido nesta Cláusula 6.22.4 seja realizado por meio da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

6.22.5 Fica desde já estabelecido que a verificação, pelo Agente Fiduciário, dos Eventos de Vencimento Antecipado relativos aos Fiadores, qualquer das Controladoras, Controladas e/ou coligadas da Emissora, bem como relativos às Partes Relacionadas e/ou Afiliadas, será feita exclusivamente com base na declaração do Diretor Financeiro ou Diretor Presidente da Emissora, conforme disposto na Cláusula 7.1 I (c) abaixo.

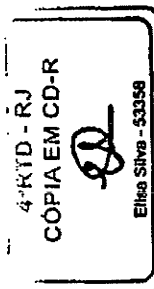
6.22.6 *Evento de Resgate*. Mediante comunicação do Agente Fiduciário, conforme deliberado por pelo menos 75% dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, mediante o pagamento do saldo devedor de Principal e Juros Remuneratórios devidos nos termos desta Escritura de Emissão ("*Evento de Resgate*"), nas seguintes hipóteses:

(a) protocolo junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do pedido de registro ou a publicação do aviso ao mercado de uma Oferta Pública, e/ou o início, de qualquer forma, de qualquer oferta pública ou privada de Direitos de Participação Emissora e/ou Direitos de Participação Afiliada no Brasil ou fora do Brasil;

(b) a Alienação, direta ou indireta, de Direitos de Participação Emissora e/ou Direitos de Participação Afiliada ou a assinatura de documento vinculante que resulte na venda (voluntária ou compulsória, incluindo em realização de crédito, garantias ou mediante procedimentos de desapropriação), direta ou indireta, de Direitos de Participação Emissora e/ou Direitos de Participação Afiliada ou qualquer tipo de reorganização societária, inclusive diluição de participação, fusão, cisão ou incorporação (inclusive de ações), que, em cada caso, efetiva ou potencialmente, represente percentual de, pelo menos 15% (quinze por cento) do número total de ações da Emissora ou de qualquer Afiliada em qualquer caso;

(c) a emissão, direta ou indireta, de Direitos de Participação Emissora e/ou Direitos de Participação Afiliada ou a assinatura de documento vinculante que resulte na emissão, direta ou indireta, de Direitos de Participação Emissora e/ou Direitos de Participação Afiliada, que, em cada caso, efetiva ou potencialmente, represente, pelo menos, 30% (trinta por cento) do número total de ações da Emissora ou de qualquer Afiliada;

(d) Alienação (ou série de transferências ou de Alienações) ou a assinatura de documento vinculante que resulte na Alienação, de forma direta ou indireta, de ativos da Emissora e/ou de qualquer Afiliada que representem, em termos e valor contábil ou de mercado, percentual igual ou superior a 15%





168457



- 6.23 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no jornal "O Dia".
- 6.24 *Comunicações.* Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

I. para a Emissora e para os Fiadores:

GALGRIN GROUP S.A.

Estrada Beira Rio, s/nº, Área 5, Alameda 2 e Galpão nº 4C e Área 5, Alameda 3, Galpão nº 4D - parte, Condomínio Industrial e Comercial Xerém

25250-415 Duque de Caxias, RJ

At.: Sr. Rômulo Figueiredo

Telefone: (21) 3667-0048

Fac-símile: (21) 3667-0048

Correio Eletrônico: romulo@galgrin.com

C.c. para:

EEC PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Ramos Batista, nº 198, Conjunto 31 parte, Vila Olímpia  
04552-020, São Paulo, SP

At.: Sr. Richard Freeman Lark Junior

Telefone: (11) 3847-2700

Fac-símile: (11) 3847-2704

Correio Eletrônico: rlark@endurancepartners.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIOS S.A.

Av. das Américas, 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown,  
Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ

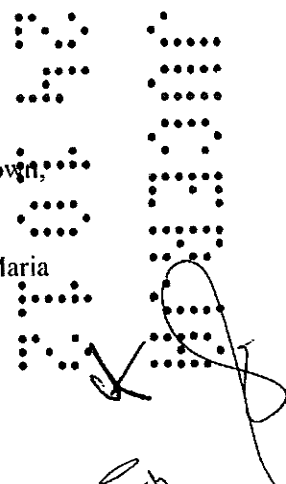
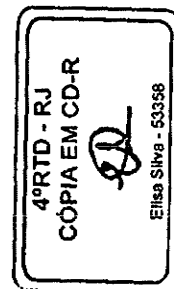
Cep: 22640-100

At.: Sr. Gustavo Dezouart / Marcelo Andrade / Maria  
Carolina Vieira Abrantes

Telefone: (21) 3514-0000

Fac-símile: (21) 3514-0099

Correio Eletrônico: gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br /  
ger2.agente@oliveiratrust.com.br / scc@oliveiratrust.com.br





168457



III. para o Agente Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar  
04538-132 São Paulo, SP

At.: Douglas Callegari

Telefone: (11) 2797-4431

Fac-símile: (11) 2797-3140

Correio Eletrônico: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

IV. para o Banco Mandatário:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

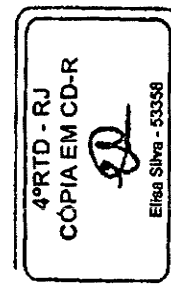
Praça Aldredo Egidio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal  
04344-902 São Paulo, SP

At.: Douglas Callegari

Telefone: (11) 2797-4431

Fac-símile: (11) 2797-3140

Correio Eletrônico: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br



V. para a CETIP:

CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar  
01452-001 - São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

6.24.1 As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

6.24.2 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

6.24.3 Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 6.24.2 acima serão arcados pela parte que deveria ter comunicado a alteração.

6.25 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes





## 7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES

I. Fornecer ao Agente Fiduciário:

4º RTD - RJ  
CÓPIA EM CD-R  
Elina Silva - 53358

(b) (i) até dezembro de 2013 (inclusive), dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o término do primeiro semestre, cópia dos demonstrativos financeiros consolidados semestrais completos da Emissora, e (ii) a partir de março de 2014 (inclusive), dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o término de cada trimestre, cópia dos demonstrativos financeiros consolidados trimestrais completos da Emissora, em ambos os casos acompanhados de relatório de revisão limitada de qualquer dos Auditores Independentes, devendo os demonstrativos financeiros aqui referidos ser preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil ("Demonstrações Periódicas") e memória de cálculo dos índices







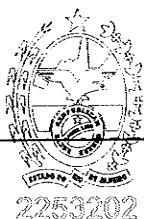
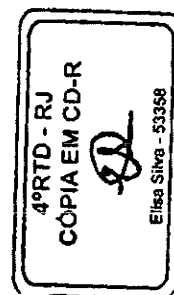
168457



36

financeiros;

- (c) juntamente com as Demonstrações Anuais e Demonstrações Periódicas, conforme o caso, declaração do Diretor Financeiro ou Diretor Presidente da Emissora atestando o cumprimento ou não das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura de Emissão, inclusive (i) com relação aos Índices Financeiros, e detalhando, em caso negativo, o motivo do descumprimento, e (ii) informando a não ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado relativos aos Fiadores, qualquer das Controladoras, Controladas e/ou coligadas da Emissora, bem como relativos às Partes Relacionadas e/ou Afiliadas;
- (d) juntamente com suas Demonstrações Anuais ou Demonstrações Periódicas, conforme o caso, relatório listando todos os contratos de derivativos e operações com Partes Relacionadas que não estejam descritas em notas explicativas das Demonstrações Anuais ou Demonstrações Periódicas que a Emissora e suas Controladas tenham celebrado e estejam em vigor, incluindo seus principais termos e condições;
- (e) juntamente com as Demonstrações Anuais ou Demonstrações Periódicas, conforme o caso, (i) relatório de situação fiscal (extrato do conta corrente) e (ii) relatório de restrições previdenciárias ("Relatórios de Débitos Tributários"), ambos emitidos pela Receita Federal do Brasil 1 (um) Dia Útil antes da entrega dos referidos relatórios.
- (f) dentro de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos após a entrega (ou data em que seria exigível a entrega) do primeiro Relatório de Débitos Tributários exigido nos termos da alínea (e) acima, comprovante de pagamento e/ou parcelamento dos débitos tributários em aberto constantes do Relatório de Débitos Tributários.
- (g) até o 5 (quinto) dia útil de cada mês extrato do conta corrente de todos os parcelamentos de tributos, comprovando estar em dia com todos os pagamentos dos parcelamentos acima referidos;
- (h) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o término de cada trimestre, relatório demonstrando o cálculo dos Índices Financeiros compreendendo a memória de cálculo e as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a verificação de tal cálculo;
- (i) dentro de, no máximo, 25 (vinte e cinco) dias corridos após o término de cada mês, relatório gerencial, contemplando as





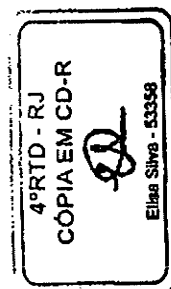
168457



374

demonstrações de resultado e balanço patrimonial consolidados da Emissora;

- (j) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias contados da primeira subscrição e integralização das Debêntures, documentos comprobatórios da utilização dos recursos decorrentes desta Emissão, na forma da Cláusula 4.1 acima;
- (k) qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório previsto na Cláusula 8.13, inciso XIV abaixo, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento da respectiva solicitação;
- (l) dentro de 5 (cinco) dias úteis contados da data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 6.23 acima;
- (m) "Avisos aos Debenturistas", fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que de alguma forma relevante envolvam o interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (n) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto no inciso V abaixo;
- (o) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, comprometeu-se a enviar ao Agente Fiduciário;
- (p) no prazo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento da citação, cópia de pedido de falência, insolvência ou recuperação judicial ou extrajudicial, conforme aplicável, apresentado por terceiros contra a Emissora e/ou qualquer de suas respectivas Controladoras, Controladas e/ou coligadas; e
- (q) comunicação escrita sobre a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de cada evento ou situação.

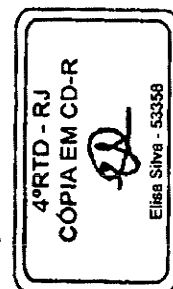


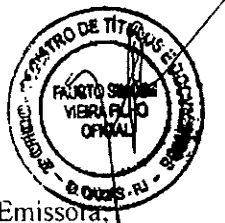


168457



- II. submeter, na forma da lei, as contas e balanços consolidados da Emissora a exame por qualquer dos Auditores Independentes;
- III. estruturar e manter um adequado e eficiente atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;
- IV. convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- V. informar ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado ou Evento de Resgate imediatamente após ter conhecimento do fato;
- VI. cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, conforme aplicável, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- VII. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- VIII. não realizar operações com derivativos com objetivo que não seja de *hedge*;
- IX. notificar o Agente Fiduciário acerca de qualquer deliberação ou intenção de deliberação dos acionistas da Emissora e/ou pela EEC relativa a pagamentos, pela Emissora e/ou pela EEC, de dividendos (inclusive, mas não se limitando a, dividendos sobre ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório), juros sobre capital próprio, resgate de ações ou qualquer outro pagamento aos acionistas ("Pagamentos aos Acionistas"), sendo certo que referida notificação deverá ser feita com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da data prevista para qualquer Pagamento aos Acionistas;
- X. notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou dos Fiadores, conforme aplicável, que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, conforme aplicável, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora ao Agente Fiduciário não mais reflitam a real condição financeira da





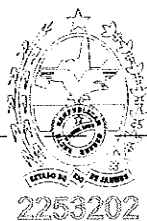
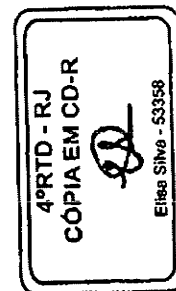
168457



39

Emissora,

- XI. manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes no mercado e área de atuação da Emissora;
- XII. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- XIII. cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, inclusive mantendo-se em dia no pagamento de todas as obrigações tributárias (ressalvado o disposto na Cláusula 7.1, I, (f));
- XIV. manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Agente Escriturador, o Banco Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário;
- XV. efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios;
- XVI. manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e
- XVII. não obstante o disposto em cada Contrato de Garantia, enviar ao Agente Fiduciário, nos prazos indicados abaixo, uma via original do respectivo Contrato de Garantia devidamente registrado nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos:
- (i) com relação ao Contrato de Cessão de Direitos, no prazo de 20 (vinte) dias contados da assinatura do Contrato de Cessão de Direitos;
  - (ii) com relação ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, no prazo de 20 (vinte) dias contados da assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, juntamente com cópia autenticada integral do Livro de Registro de Ações da Emissora constando a averbação da alienação fiduciária das Ações Alienadas, na forma ali contemplada; e





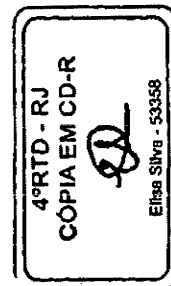
168457



(iii) com relação ao Contrato de Cessão de CDB, no prazo de 20 (vinte) dias contados da assinatura do Contrato de Cessão de CDB.

7.2 As despesas a que se refere o inciso XV da Cláusula 7.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- I. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- II. emissão de certidões;
- III. despesas razoáveis de viagem, compreendendo transporte, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário; e
- IV. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, após solicitação reiteradamente não atendida à Emissora.



7.3 O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do inciso XV da Cláusula 7.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

7.4 Sem prejuízo das demais obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM 476:

- I. preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- II. submeter suas demonstrações financeiras a qualquer um dos Auditores Independentes;
- III. divulgar em sua página na rede mundial de computadores e enviar à CETIP suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do parecer de qualquer dos Auditores Independentes, dentro de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social;
- IV. manter os documentos mencionados no inciso III acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- V. observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 5 de janeiro de





168457



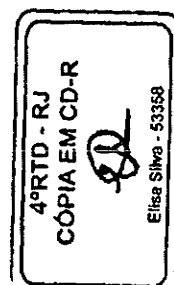
2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;

- VI. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente à instituição intermediária líder responsável pela Oferta Restrita; e
- VII. fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

- 8.1 A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário, e que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora e os Fiadores, declarando que:

- I. não tem, sob as penas da lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- V. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- VI. verificou, de acordo com as informações e documentos fornecidos pela Emissora a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VII. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VIII. verificou que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, não é possível atestar a devida constituição da Garantia Real



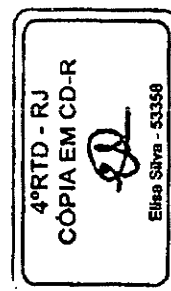


168457



consubstanciada pela alienação fiduciária de ações, visto que na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações não havia sido assinado e registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, sendo certo que os registros deverão ser realizados pela Emissora no prazo disposto na Cláusula 2.1(V) acima. No que tange à suficiência desta garantia, verificou que a mesma é insuficiente, representando 18% (dezoito por cento) do valor total da Emissão, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, com base nas demonstrações financeiras da Emissora, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

- IX. com relação à garantia consubstanciada pela cessão fiduciária de Direitos Creditórios Cedidos em Garantia das Debêntures, não é possível atestar a devida constituição, visto que, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, não existem recursos disponíveis na Conta Vinculada, o Contrato de Cessão de Direitos não havia sido ainda assinado e registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e a Emissora não havia apresentado cópias autenticadas das notificações enviadas aos credenciadores responsáveis pelo pagamento dos Direitos Creditórios – Credenciadores Cedidos.
- X. no que tange à garantia de cessão fiduciária de CDB, disposta na Cláusula 6.10, (iii) acima, não é possível verificar, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, sua devida constituição, tendo em vista que o Contrato de Cessão de CDB não havia ainda sido assinado e registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, sendo certo que tal registro deverá ser realizado pela Emissora no prazo disposto referido Contrato de Cessão de CDB. No que tange à suficiência desta garantia, verificou que a mesma é insuficiente, representando 40% (quarenta por cento) do valor total da Emissão, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, destacando, ainda, que esta garantia não será exequível se o Cedente (conforme definido no Contrato de Cessão de CDB) comprovar que o EBITDA da Emissora dos últimos 12 meses, conforme verificado com base em demonstrações financeiras preparadas no último dia útil do mês anterior à declaração de Vencimento Antecipado ou da Data de Vencimento, conforme o caso, é igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais).
- XI. é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- XII. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os



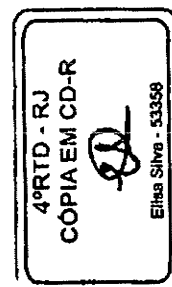


168457



requisitos legais e estatutários necessários para tanto,

- XIII. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- XIV. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- XV. inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora e/ou por sociedade coligada, Controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, nos termos da Instrução CVM 28; e
- XVI. com relação à garantia consubstanciada pela cessão fiduciária disposta na cláusula 6.10, (i) acima, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, esta não foi devidamente constituída, vez que os direitos creditórios objeto de tal garantia encontram-se cedidos fiduciariamente em garantia das Dívidas Quitadas. Além disso, o Contrato de Cessão não havia ainda sido assinado e registrado, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, nos competentes cartórios, sendo que o mesmo deverá ser levado a registro no prazo previsto no referido contrato. Desta forma, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão não há que se falar em suficiência desta garantia, visto que ela não é ainda passível de execução pelos Debenturistas em caso de inadimplemento da Emissora.
- 8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.
- 8.3 Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.
- 8.4 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá







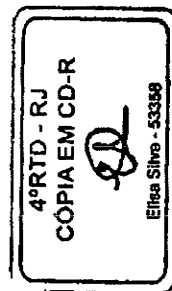
168457



este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição, que deverá ser providenciada pela Emissora com a maior brevidade possível.

44

- 8.5 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- 8.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.
- 8.7 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.
- 8.8 A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCERJA.
- 8.9 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 6.24 acima.
- 8.10 O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.
- 8.11 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.
- 8.12 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário:
- I. A título de implantação, será cobrada parcela única de R\$3.000,00 (três mil reais), devida 5 (cinco) dias após a assinatura da Escritura de Emissão. A título de remuneração, serão devidas parcelas anuais de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pelos serviços de Agente Fiduciário, devida a primeira 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral



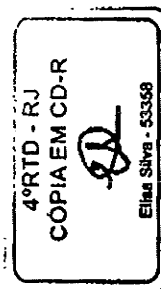


168457



das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na Data de Vencimento;

- (a) no caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento a solicitações extraordinárias, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tal fato, bem como à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao Vencimento Antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;
- (b) no caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, será cobrado, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços;
- (c) a remuneração será atualizada pela variação acumulada do IGPM ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento da remuneração;
- (d) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento);
- (e) os seguintes tributos e os eventualmente vigentes à época do pagamento serão acrescidos à remuneração devida ao Agente Fiduciário, tais como: (i) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), (ii) Programa de Integração Social (PIS), (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), (iv) Imposto de Renda - Fonte (IRRF), e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - Fonte (CSLL);
- (f) os serviços previstos nesta Escritura de Emissão são aqueles descritos na Instrução CVM nº 28 e na Lei 6.404/76;
- (g) as remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do



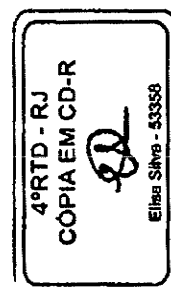


168457



Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, em âmbito nacional ou internacional, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas Garantias e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado e/ou inadimplemento das Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário em decorrência do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa dos Debenturistas e da estrutura da operação, serão suportados pelos Debenturistas e ressarcidos pela Emissora de acordo com o disposto nesta Escritura de Emissão. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão; e

46



- (h) no caso de ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado e/ou inadimplemento da Emissora, todas as despesas que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, sejam elas em âmbito nacional ou internacional, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

- 8.13 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- I. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
  - II. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

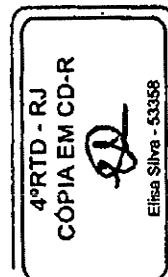




168457



- III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- IV. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, conforme já verificado em declaração prestada acima;
- V. promover, às expensas da Emissora caso esta não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCERJA e nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas de São Paulo, Duque de Caxias e Rio de Janeiro, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários à referida inscrição;
- VI. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- VIII. verificar (i) a regularidade da constituição das Garantias, mediante verificação do registro dos Contratos de Garantia nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos das Comarcas de São Paulo, Duque de Caxias e Rio de Janeiro, Estado de São Paulo e Estado do Rio de Janeiro e do registro da alienação fiduciária nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações no Livro de Registro de Ações da Emissora; (ii) a validade e exequibilidade dos Contratos de Garantia; e (iii) o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, na forma e de acordo com os limites previstos nos Contratos de Garantia;
- IX. intimar a Emissora a reforçar as garantias prestadas, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- X. solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário ao desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Justiça do Trabalho, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- XI. solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XII. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de





168457



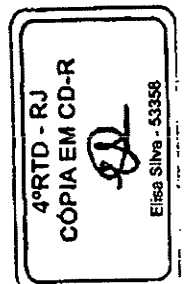
imprensa previstos na Cláusula 6.23 acima;

XIII. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

XIV. elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou pelos Fiadores, conforme aplicável, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora ou pelos Fiadores, conforme aplicável;
- (b) alterações estatutárias da Emissora ou dos Fiadores, conforme aplicável, ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização, repactuação e pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora e pelos Fiadores, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora e dos Fiadores, conforme aplicável;
- (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias das Debêntures; e
- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

XV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIV acima até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:





168457



49

- (i) na sede da Emissora;
- (ii) na sede do Agente Fiduciário;
- (iii) na CVM;
- (iv) na CETIP; e
- (v) na sede da instituição intermediária responsável pela Oferta Restrita;

XVI. publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no inciso XV acima;

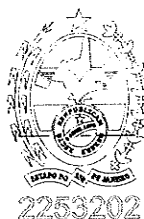
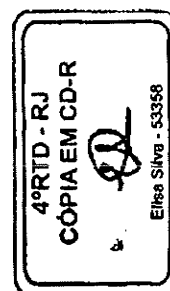
XVII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador, ao Banco Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Agente Escriturador, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;

XVIII. fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer; e

XIX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data em que tiver ciência, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP.

8.14 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora e os Fiadores para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- I. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- II. executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
- III. requerer a falência da Emissora, se não existirem garantias reais;





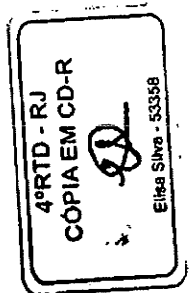
168457



- IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- V. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

50

8.14.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I, II, III e IV acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese prevista no inciso V o Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade de que trata a Cláusula 8.14 acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação.



9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 9.2 A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.
- 9.3 Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.
- 9.3.1 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.
- 9.4 A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
- 9.5 Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.
- 9.5.1 Quaisquer alterações (i) no prazo de vigência das Debêntures, (ii) na Remuneração, (iii) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas e (iv) nos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme



2253202

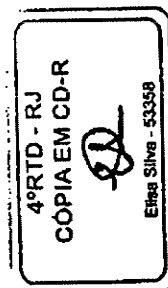


168457



previsto nesta Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação ou 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, no caso de Evento de Vencimento cuja não declaração dependa da aprovação dos titulares de 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação.

- 9.5.2 A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.22.3 acima, deverá ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação ou 100% (cem por cento) no caso de Evento de Vencimento cuja não declaração dependa da aprovação dos titulares de 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação.
- 9.6 Para os efeitos desta Escritura de Emissão, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao acionista controlador da Emissora ou a qualquer de suas Controladas, coligadas ou pessoas Controladas por qualquer de seus controladores, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até 3º (terceiro) grau ("Debêntures em Circulação").
- 9.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.
- 9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.



#### 10. DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DOS FIADORES

- 10.1 A Emissora e os Fiadores (conforme o caso) neste ato declaram que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão:

- I. a Emissora e os Fiadores Pessoas Jurídicas são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis brasileiras;
- II. têm capacidade jurídica e estão devidamente autorizados a celebrar esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia e a cumprir todas as obrigações aqui e ali previstas, inclusive, no caso dos Fiadores, a Fiança, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia têm poderes bastantes para tanto;
- IV. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia e as obrigações







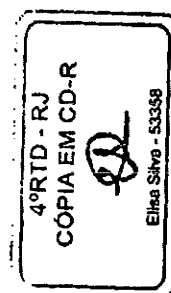
168457



52

aqui e ali previstas, inclusive, no caso dos Fiadores, a Fiança, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora e dos Fiadores (conforme o caso), exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

- V. a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas, a emissão das Debêntures e a realização da Oferta Restrita não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento relevante para os negócios da Emissora e/ou dos Fiadores, conforme aplicável, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou documentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou dos Fiadores, exceto pelas Garantias; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora e/ou os Fiadores ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou os Fiadores ou quaisquer de seus bens e propriedades;

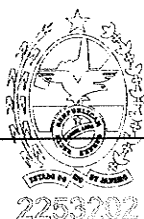


- VI. têm, assim como suas Controladas, todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto aquelas cuja não obtenção não possa causar uma Mudança Adversa Relevante;

- VII. a Emissora não possui participação societária direta ou indireta em qualquer sociedade, exceto pelas sociedades indicadas abaixo, não havendo qualquer outra pessoa com direitos de sócio ou qualquer participação ou forma de associação ou *joint venture* (inclusive sob a forma de sociedade em conta de participação) em, com ou relacionada à Emissora:

- (a) Globalfront Comércio de Produtos Farmacêuticos Medicinais Ltda., sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.427.848/0001-76, da qual a Emissora é titular e beneficiária de 99,9% (noventa e nove inteiros e nove décimos por cento) das quotas e direitos de participação.

- VIII. exceto com relação a processos judiciais não provisionados em conformidade com os princípios contábeis aplicáveis no Brasil, a Emissora e suas Controladas não possuem quaisquer passivos que já tenham sido demandados ou exigidos, nem passivos ou contingências decorrentes de operações praticadas que não estejam refletidos nas respectivas demonstrações financeiras ou em suas notas explicativas;

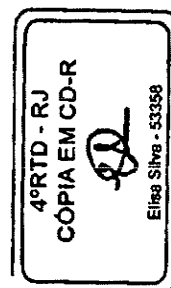




168457

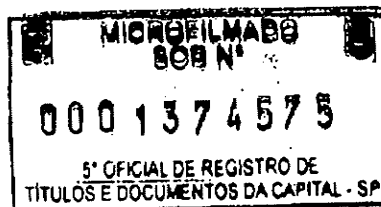


- IX. as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora auditadas pela ERNST & YOUNG TERCO relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 e as demonstrações financeiras referentes ao período de 6 (seis) meses encerrado em 30 de junho de 2012 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaborados em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- X. as informações fornecidas pela Emissora e pelos Fiadores aos Investidores Qualificados no contexto da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- XI. não omitiram ou omitirão nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- XII. inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, do seu conhecimento, pendente, que possa vir a causar Mudança Adversa Relevante na Emissora e/ou nos Fiadores, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades, ou que possa afetar a capacidade da Emissora e/ou dos Fiadores de cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia;
- XIII. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- XIV. têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração, inclusive na hipótese de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, nos termos desta Escritura de Emissão, foi acordada por livre vontade entre a Emissora e a instituição intermediária líder responsável pela Oferta Restrita, em observância ao princípio da boa-fé;
- XV. estão familiarizados com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;
- XVI. os administradores da Emissora têm ciência dos termos das





168457



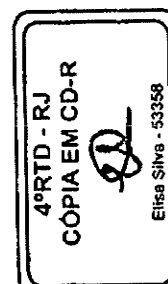
54

Debêntures, estão familiarizados com seus propósitos e objetivos e aprovaram sua emissão;

XVII. são pessoas sofisticadas e têm o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que os capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures, e Richard Lark possui, nesta data, capacidade econômica e patrimônio suficientes para honrar as obrigações decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão;

XVIII. a Emissora decidiu, por sua conta e risco, emitir as Debêntures, e está contando exclusivamente com a consultoria e recomendação de seus próprios assessores para definir o tratamento financeiro, legal, regulatório, tributário e contábil pertinentes às Debêntures, e não se baseou em qualquer opinião do Agente Fiduciário e/ou de qualquer pessoa ou entidade ligada ao Agente Fiduciário, para definir o tratamento contábil, fiscal, legal e regulatório aplicável às Debêntures ou para avaliar a adequação das Debêntures a seus propósitos; nenhuma Mudança Adversa Relevante ocorreu desde 30 de junho de 2012; e

XIX. não prestaram declarações falsas ou incorretas ao Agente Fiduciário, e não há pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar uma Mudança Adversa Relevante ou Evento de Vencimento Antecipado.



# 11. RENÚNCIA

11.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

# 12. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

12.1 A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de





168457



55

acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

13. ALTERAÇÕES

- 13.1 Toda e qualquer alteração da presente Escritura de Emissão somente será válida quando celebrada por escrito e assinada por todas as partes, após prévia aprovação dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições e obrigações não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 14.2 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar qualquer verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões.
- 14.3 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário, caso quaisquer das suas declarações prestadas nesta Escritura de Emissão se provem falsas ou incorretas.

15. RESOLUÇÃO DE DISPUTAS

- 15.1 Qualquer disputa decorrente ou relacionada a esta Escritura de Emissão e/ou os direitos e obrigações aqui estabelecidos deverá ser definitivamente resolvida por meio de arbitragem a ser conduzida pela Comissão de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Câmara"), de acordo com as suas regras.
- 15.2 O Tribunal Arbitral será composto de 3 (três) árbitros, sendo um árbitro nomeado pelo Agente Fiduciário, conforme deliberação dos debenturistas, e um árbitro nomeado, em conjunto, pela Emissora, pelos Fiadores e André De Vivo, de acordo com as regras da Câmara. Caso a Emissora, os Fiadores e André De Vivo não logrem êxito em realizar a nomeação do respectivo

CÓPIA EM CD-R

Eliete Silva - 53360





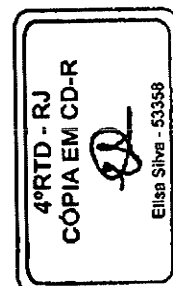
168457



56

árbitro no prazo de 10 (dez) dias contados da data da nomeação do árbitro escolhido pelo Agente Fiduciário, a indicação do referido árbitro será feita pela Câmara, de acordo com as suas regras. O terceiro árbitro, o qual será o presidente do Tribunal Arbitral, deverá ser selecionado por meio de acordo entre os 2 (dois) árbitros designados. Caso os 2 (dois) árbitros nomeados não logrem êxito em realizar a nomeação do terceiro árbitro no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que o último dos 2 (dois) árbitros foi nomeado, a indicação do 3º (terceiro) árbitro será feita pela Câmara, de acordo com as suas regras.

- 15.3 Os procedimentos relativos à arbitragem deverão ser realizados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, onde será proferida a decisão, e o idioma oficial dos atos será o Português.
- 15.4 A decisão arbitral deverá ser proferida no prazo de 6 (seis) meses da instauração do procedimento arbitral, podendo tal prazo ser prorrogado por decisão do Tribunal Arbitral.
- 15.5 A Emissora, os Fiadores, André De Vivo e o Agente Fiduciário estão cientes de todos os termos e efeitos da cláusula de arbitragem aqui disposta, e irrevogavelmente concordam que qualquer disputa decorrente desta Escritura de Emissão ou a ela relacionada deverá ser exclusivamente solucionada por meio da arbitragem. Sem prejuízo da validade desta cláusula de arbitragem, a Emissora, os Fiadores, André De Vivo e o Agente Fiduciário elegem, no entanto, o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, com o exclusivo objetivo e propósito de, se e quando necessário for, requerer medidas cautelares ou tutela antecipada, inclusive para auxiliar a arbitragem a ser iniciada ou já existente entre as partes e/ou para assegurar a existência e exequibilidade dos procedimentos arbitrais, ressalvado, entretanto, que tendo sido obtida a medida cautelar ou tutela antecipada, a câmara de arbitragem a ser formada ou já existente, conforme o caso, deverá reaver toda e sua exclusiva autoridade para adjudicar toda e qualquer questão, seja de natureza processual ou de mérito, que tenha levado as partes a procurar a medida cautelar ou tutela antecipada, assim permanecendo o respectivo procedimento judicial até que uma decisão arbitral (total ou parcial) seja proferida.
- 15.6 Qualquer decisão arbitral será definitiva e constituirá uma obrigação vinculante das partes, não estando sujeita a qualquer recurso, ratificação ou outra medida judicial.
- 15.7 Não obstante o acima disposto, qualquer parte credora de obrigações de pagar líquidas e certas e de obrigações de fazer, conforme o caso, acordadas nesta Escritura de Emissão poderá, a seu exclusivo critério, optar por propor ação de execução judicial para cobrar tais obrigações, sendo competente, em tal





168457

ANEXO I



DÍVIDAS BANCÁRIAS QUE SERÃO LIQUIDADAS ANTECIPADAMENTE COM OS  
RECURSOS DA EMISSÃO

62

| <u>Instituição Financeira</u> | <u>Número do Contrato</u> | <u>Data da Contratação</u> |
|-------------------------------|---------------------------|----------------------------|
| Itaú Unibanco S.A.            | 809801947                 | 23/09/11                   |
| Itaú Unibanco S.A.            | 39770068-3                | 09/06/11                   |
| Itaú Unibanco S.A.            | 038901316                 | 08/09/12                   |
| Banco Safra S.A.              | 1197973                   | 21/09/12                   |
| Banco Safra S.A.              | 1197957                   | 21/09/12                   |
| Banco Safra S.A.              | 1197949                   | 21/09/12                   |
| Banco Safra S.A.              | 1197841                   | 17/09/12                   |
| Banco Safra S.A.              | 1197965                   | 21/09/12                   |
| Banco Safra S.A.              | 1197850                   | 17/09/12                   |
| Banco Safra S.A.              | 1197922                   | 21/09/12                   |
| Banco Safra S.A.              | 1197931                   | 21/09/12                   |
| Banco Bradesco S.A.           | 005.033.374               | 21/09/12                   |
| Banco Bradesco S.A.           | 0192650                   | 29/06/12                   |
| Banco ABC Brasil S.A.         | 1832011                   | 22/11/11                   |
| Banco ABC Brasil S.A.         | 1872511                   | 15/12/11                   |
| Banco ABC Brasil S.A.         | 1899512                   | 06/01/12                   |
| Banco ABC Brasil S.A.         | 2056012                   | 04/05/12                   |
| Banco ABC Brasil S.A.         | 2113012                   | 19/06/12                   |
| Banco Daycoval S.A.           | 70898/12                  | 24/08/12                   |

Registro de Títulos e Documentos  
4º Ofício - RJ  
Anexo ao Documento Arquivado





168457

ANEXO II

MODELO DE INSTRUÇÃO DE TRANSFERÊNCIA

São Paulo, [•] de [•] de 2012



63

Ao

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º e 11º andares  
São Paulo, SP

At.: Departamento Jurídico

Autorização de Transferênciaregistro de Títulos e Documentos  
4º Ofício - RJ  
Anexo ao Documento Arquivado

Prezados Senhores:

Fazemos referência à Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, da Galgrin Group S.A., (a "Escritura de Emissão"), que estabelece os termos e condições da primeira emissão de debêntures ("Debêntures") para distribuição pública, com esforços restritos, da Galgrin Group S.A. ("Emissora"), no valor total de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Nos termos da Cláusula 6.18 da Escritura de Emissão, vimos por meio desta autorizar desde já o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. a transferir da conta corrente nº 59936, de nossa titularidade, mantida junto ao Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., agência nº 0001, os valores referidos no Anexo A para as instituições ali referidas para pagamento das dívidas descritas no Anexo I da Escritura de Emissão.

Declaramos, ainda, para todos os fins, que não ocorreu ou persiste qualquer Evento de Vencimento Antecipado ou evento que, mediante notificação ou decurso de tempo, possa se tornar um Evento de Vencimento Antecipado.

Termos iniciados em letras maiúsculas utilizados na presente solicitação têm o mesmo significado a eles atribuído na Escritura de Emissão.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos.

60



2253202



168457

Cordialmente,  
GALGRIN GROUP S.A.



64

Nome:  
Cargo:

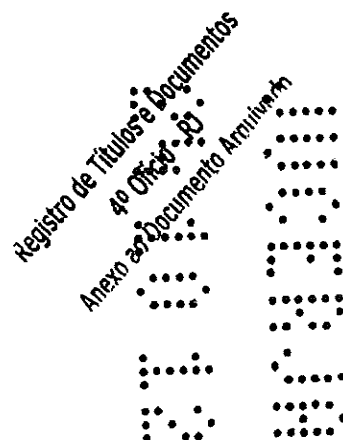
Nome:  
Cargo:

De acordo:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:  
Cargo:

Nome:  
Cargo:







168457

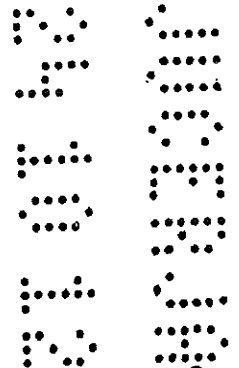


ANEXO A

| Banco | Conta nº | Valor |
|-------|----------|-------|
|       |          |       |
|       |          |       |
|       |          |       |

65

Registro de Títulos e Documentos  
4º Ofício - RJ  
Anexo ao Documento Arquivado





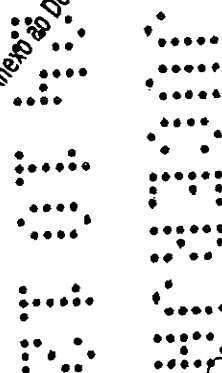
168457

ANEXO III



[CÓPIA DO BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES ORDINÁRIAS ASSINADO]

registro de Títulos e Documentos  
4º Ofício - RJ  
Anexo ao Documento Arquivado



Handwritten marks and signatures.

Handwritten marks and signatures.





168457

GALGRIN GROUP S.A.  
CNPJ/MF nº 04.506.236/0001-55  
NIRE 33.3.0029725-1

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Aumento de capital de Galgrin Group S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada Beira Rio, s/nº, Área 5, Alameda 2, Galpão nº 4C e Área 5, Alameda 3, Galpão 4D - parte, Condomínio Industrial e Comercial Xerém, bairro Xerém, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.506.236/0001-55 ("Companhia") no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1 de outubro de 2012.

1. SUBSCRITOR: EEC PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ramos Batista, nº 198, Conjunto 31 parte, Vila Olímpia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.182.993/0001-86, neste ato representada na forma de seu estatuto social.
2. NÚMERO DE AÇÕES ORDINÁRIAS SUBSCRITAS: 2.260.397 (dois milhões duzentas e sessenta mil trezentas e noventa e sete) novas ações ordinárias.
3. VALOR DA SUBSCRIÇÃO DAS AÇÕES ORDINÁRIAS: R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), integralmente destinado ao capital social.
4. PREÇO DE EMISSÃO POR AÇÃO ORDINÁRIA: R\$2,212 (dois reais e vinte e um centavos e dois décimos de centavos) por ação.
5. FORMA E PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO DAS AÇÕES ORDINÁRIAS: As ações subscritas serão integralizadas pelo subscritor no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento de comunicação escrita do Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Agente Fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures da Companhia, acerca da ocorrência de qualquer dos seguintes eventos ("Eventos de Capitalização"):

Qualquer dos seguintes limites e índices financeiros, calculados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, a serem verificados trimestralmente ao término de cada trimestre do exercício social da Companhia não ser observado com relação a qualquer trimestre de referência indicado abaixo:

- (1) a Dívida Líquida no último dia de qualquer trimestre até o trimestre findo em 31 de dezembro de 2015 não poderá ser superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais);



2253202

registro de Títulos e Documentos  
4º Ofício - RJ  
Anexo ao Documento Arquivado



168457



- (2) o Patrimônio Líquido no último dia de qualquer trimestre até o trimestre findo em 31 de dezembro de 2015 deverá ser superior a R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais);
- (3) o EBITDA referente ao período dos últimos 3 (três) meses findo em 31 de dezembro de 2012 deverá ser superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (4) o EBITDA referente ao período dos últimos 6 (seis) meses findo em 31 de março de 2013 deverá ser superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (5) o EBITDA referente ao período dos últimos 9 (nove) meses findo em 30 de junho de 2013 deverá ser superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (6) o EBITDA referente ao período dos últimos 12 (doze) meses, encerrando-se na data de verificação, deverá ser superior a:
- (i) para o trimestre findo em 30 de setembro de 2013, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais)
  - (ii) para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2013, R\$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais);
  - (iii) para os trimestres findos em 31 de março de 2014, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
  - (iv) para o trimestre findo em 30 de junho e 30 de setembro de 2014, R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais)
  - (v) para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2014, R\$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais); e
  - (vi) para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2015, R\$10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais).
- (7) a razão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante não poderá ser inferior a:
- (i) para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2013, 1,1x (um virgula uma vez); e
  - (ii) para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de

Registro de Títulos e Documentos

4º Ofício - RJ

Anexo ao Documento Arquivado



2253202



168457



2014 e 2015, 1,0x (um virgula zero vezes).

(8) Caixa e Aplicações Financeiras deverá ser superior a:

- (i) para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2013, R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais); e
- (ii) para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2014 e 2015, R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Para os fins deste Bônus de Subscrição, os seguintes termos possuem os seguintes significados:

- (a) "EBITDA" significa o somatório: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, e (iv) das despesas não operacionais e/ou não recorrentes deduzidas das receitas não operacionais e/ou não recorrentes ocorridas no mesmo período;
- (b) "Caixa e Aplicações Financeiras" significa caixa e aplicações financeiras consolidadas de liquidez imediata que não estejam submetidos a qualquer ônus, impedimento ou gravame e que não estejam garantindo qualquer obrigação de pagar, devida por si ou por qualquer terceiro, exceto os ônus decorrentes dos Contratos de Garantia;
- (c) "Dívida Bruta" significa o somatório das dívidas onerosas consolidadas junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, exceto contas a pagar com fornecedores, incluindo, mas não limitado a, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, o somatório dos avais, fianças, penhores e garantias prestadas a terceiros, antecipação de recebíveis, dívidas tributárias (incluindo aquelas oriundas de programas de parcelamento tributário e aquelas ainda não incluídas nos programas de parcelamento mas cujo valor devido já esteja provisionado), bem como valores a pagar a acionistas (exceto aqueles relativos aos Direitos Econômicos), líquido do saldo a receber (ou acrescido do saldo a pagar) de contratos de derivativos, incluindo hedge e/ou swap;
- (d) "Dívida Líquida" significa o montante de Dívida Bruta deduzido do saldo em Caixa e Aplicações Financeiras;

registro de Títulos e Documentos

4º Ofício - RJ

Anexação Documento Arquivado



2253202



- (e) "Patrimônio Líquido" significa o montante de tal rubrica, apurado em bases consolidadas, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e demonstrativos financeiros consolidados da Companhia;
- (f) "Ativo Circulante" significa o montante de tal rubrica apurada em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nos demonstrativos financeiros auditados e/ou com revisão limitada da Companhia;
- (g) "Passivo Circulante" significa o montante de tal rubrica apurada em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nos demonstrativos financeiros auditados e/ou com revisão limitada da Companhia; e
- (h) "Receita Líquida" significa o somatório das receitas provenientes de vendas de produtos e serviços, líquidas de devoluções, impostos incidentes sobre vendas e outras deduções.

Registro de Títulos e Documentos  
4º Ofício - RJ  
Anexo ao Documento Arquivado

Duque de Caxias, 11 de outubro de 2012

Subscritor:

EEC PARTICIPAÇÕES S.A.

Marcos Wilson Pereira  
Nome: MARCOS WILSON PEREIRA  
Cargo: DIRETOR

André Allice de Vido  
Nome: André Allice de Vido  
Cargo: DIRETOR

Companhia:

GALGRIN GROUP S.A.

Rômulo V. S. M. Aguiar  
Nome: RÔMULO V. S. M. AGUIAR  
Cargo: DIRETOR

Marcos Wilson Pereira  
Nome: MARCOS WILSON PEREIRA  
Cargo: CEO





168457

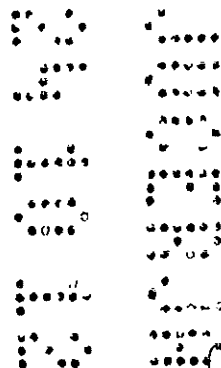
ANEXO IV



LISTA DE AÇÕES JUDICIAIS NOS TERMOS DA CLÁUSULA 6.11.4.3

- Auto de Infração de Adicional de ICMS (FECP) nº 04.022666-4 lavrado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Governo do Rio de Janeiro, Repartição Fiscal 6415 – IRF Barra da Tijuca – Processo E04-157256/201; e
- Auto de Infração de ICMS nº 03.320017-1 lavrado pela Secretaria de Estado da Fazenda do Governo do Rio de Janeiro, Repartição Fiscal 6415 – IRF Barra da Tijuca – Processo E04-157257/2011.

registro de Títulos e Documentos  
4º Ofício - RJ  
Anexo ao Documento Arquivado



Handwritten signature and initials.

Handwritten signature and initials.





168457



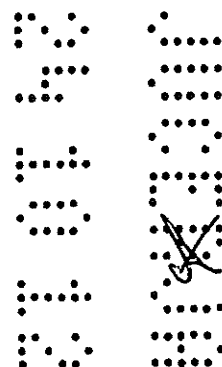
caso, o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo o exequente optar pelo foro do domicílio da parte executada.

15.8 Este Contrato será regido e interpretado pelas leis da República Federativa do Brasil.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e seus sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, 11 de outubro de 2012

(As assinaturas seguem nas 4 (quatro) páginas seguintes).







168457

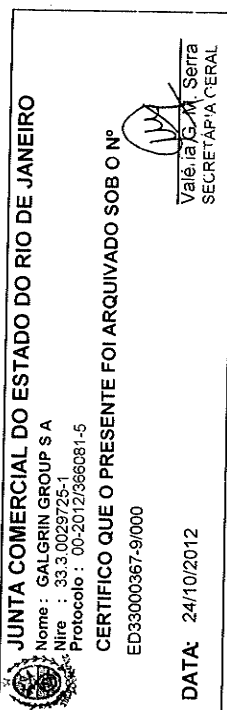
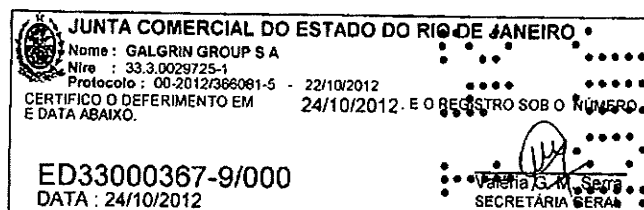


ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DERÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, DA GALGRIN GROUP S.A., CELEBRADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2012 – PÁGINA DE ASSINATURAS 1/4.

GALGRIN GROUP S.A.

Nome: Rômulo V.S.M. Figueiredo  
Cargo: Diretor Geral

Nome: Marcelo Vinicius M. S. V. A. N. S. L. L.  
Cargo: CFO

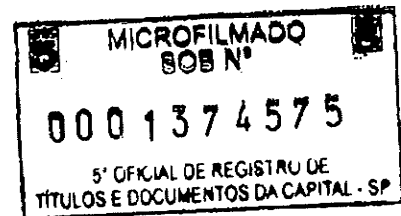


55





168457



ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, DA GALGRIN GROUP S.A., CELEBRADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2012 - PÁGINA DE ASSINATURAS 2/4.

59

EEC PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: MARCOS WILSON PEREIRA  
Cargo: Diretor

Nome: ANDRÉ ALICKE DE VIVO  
Cargo: Diretor

ENDURANCE CAPITAL PARTNERS LTDA.

Nome: MARCOS WILSON PEREIRA  
Cargo: Diretor

Nome: ANDRÉ ALICKE DE VIVO  
Cargo: Administrador

ANDRÉ ALICKE DE VIVO

RICHARD FREEMAN LARK JUNIOR





168457



ESCRITURA PARTICULAR DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, DA GALGRIN GROUP S.A., CELEBRADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2012 - PÁGINA DE ASSINATURAS 3/4.

60

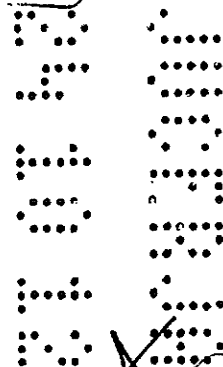
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:  
Cargo:

Patricia Russo  
Procuradora

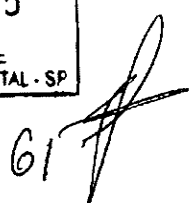
Nome:  
Cargo:

Marcelo Takeshi Yano de Andrade  
Procurador



Handwritten signatures and initials.



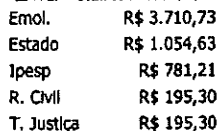


Testemunhas:

Quabbin

Id.: 2S.752.948-1 SSP/SP

Id.: 24.171.543 - X SSP/SP



**Total R\$ 5.937,17**

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

5º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.566.528/0001-60  
Rua XV de Novembro, 244 - 8º andar - Centro - CEP. 01013-000 - São Paulo/SP  
R\$ 3.710,73 Protocolado e prenotado sob o n. **1.374.575** em  
R\$ 1.054,63 **16/10/2012** e registrado, hoje, em microfilme  
R\$ 781,21 sob o n. **1.374.575**, em títulos e documentos.  
São Paulo, 16 de outubro de 2012

Artur Venâncio Macêdo - Oficial Designado  
Iadiel Guimarães de Oliveira - Douglas Lourenço R. Fraga

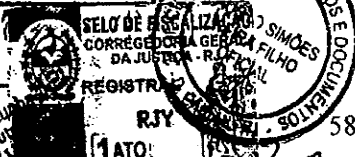
2º OF/CIO

## Registro de Títulos e Documentos

Rua Conde de Porto Alegre, 28/30 D. Caxias - RJ Tel.: 2671-4234  
Registrado em microfilme sob número de ordem e  
data apostos mecanicamente. O QUE CERTIFICO.

Oficial Fausto Simões Vieira  
Substitutos Magali F. Simões  
Eduardo Simões Vieira  
Ivan P. C. da Cunha Jr.

Ivan P. C. da Cunha  
Substituto  
Mar. 94/1



RTU#80377



RTS72056




2253202

ARROYO DEL COLUMBIANO

1951  
12

1689

2025-01-23 15:22:23





Id: 1394762

## CNP/ME nº 04.506.235/0001-55 NIRE 33.3.0029725-1

[illegible]

ao objeto da Sociedade e tomar as resoluções que julgar convenientes para o desenvolvimento, sendo convocada, instalada e deliberada para os fins e na forma prevista em lei, tornando-se as deliberações com o quorum legalmente previsto. Art. 7º - As Assembleias Gerais da Sociedade serão convocadas mediante anúncio publicado com, no mínimo, 8 dias de antecedência, na forma do art. 124 da Lei nº 6.044/76. Será dispensada a convocação sempre quando todos os acionistas estiverem presentes às reuniões da Assembleia Geral. Competirá ao Presidente das Assembleias Gerais da Sociedade, cabendo ao Presidente da Assembleia escolher um ou mais secretários. Art. 8º - A AGO reunir-se-á dentro dos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias da sua competência, previstas em lei. Art. 9º - A AGE reunir-se-á sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas nos casos previstos em lei e neste Estatuto Social. O Conselho de Administração da Sociedade poderá ser administrado por um ou mais membros da Administração e uma Diretoria. § 1º - A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração, em reunião, fixar a remuneração individual dos Conselheiros e Diretores. Art. 11 - Os suplentes dos membros do Conselho de Administração, se houver, serão remunerados mediante importância fixa, por reunião a que comparecerem, salvo quando assumam o cargo de Conselheiro, em substituição do titular. Conselho de Administração. Art. 12 - O Conselho de Administração da Sociedade será composto por 14 membros, residentes no país ou no exterior, pela Assembleia Geral e por ele destituídos a qualquer tempo, com mandato limitado de 2 anos, permitida a reeleição. A Assembleia Geral também designará o Presidente do Conselho. § 1º - A Assembleia Geral poderá eleger um ou mais suplentes para os membros do Conselho de Administração. § 2º - Os membros do Conselho de Administração poderão possuir mandatos assessoriais, sem voto respectivo, lavrado em livro próprio. § 3º - Os membros do Conselho de Administração não poderão exercer suas atribuições até a posse dos seus substitutos. § 4º - As vagas dos membros do Conselho de Administração, não havendo suplente, poderão ser preenchidas pelo próprio Conselho de Administração, até a primeira Assembleia Geral que deliberar sobre o preenchimento da vaga, cujo substituto completará o mandato do substituído. Art. 13 - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por qualquer Conselheiro, mediante aviso por carta ou fax, com antecedência de 48 horas, devendo ser feita a convocação em nome do órgão, com antecedência mínima de 5 dias, especificando a hora, local e ordem do dia da reunião, considerando-se regularmente convocado o membro presente à reunião. § 1º - Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração através de conferência telefônica ou vídeo-conferência, sendo assim considerados presentes à reunião. § 2º - Das deliberações serão lavradas atas. § 3º - As reuniões do Conselho de Administração se instalarão sob a presidência do Conselho. No mínimo, a metade do número total integral dos membros do Conselho de Administração mais três (3) decisões são necessárias para a maioria absoluta dos seus membros, exceto nas hipóteses em que o Acordo de Acionistas registrado na sede social estabeleça quorums especiais. § 4º - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que compareçam todos os membros. § 5º - Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando este órgão tiver sido instalado, podem comparecer e votar nas reuniões do Conselho de Administração, mas não terão direito a voto. Art. 14 - Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre as matérias descritas no Art. 142 da Lei nº 6.044/76 e, quando for o caso, manifestar-se favoravelmente às deliberações privativas da Assembleia Geral, pelo voto favorável da maioria dos presentes. § Único - Compete ainda ao Conselho de Administração a instituição de Comitês e o estabelecimento dos respectivos regulamentos e competências, bem como a aprovação das seguintes matérias: (a) prestação de contas; (b) balanço; (c) aprovação das seguintes matérias: (d) emissão, venda, aquisição, resgate e alienação de participações societárias, constituição do controle, inclusive subsidiária integral ou participação em coligada, ou qualquer outra operação com efeitos similares, envolvendo a Sociedade, suas subsidiárias, suas controladas ou coligadas, inclusive a renúncia ao exercício de direitos de preferência ou outros preferências no respectivo capital; (e) aumento ou redução do capital da Sociedade, inclusive da sua subsidiária integral ou coligada; (f) operações não previstas em seus respectivos planos de negócios ou orçamentos anuais ou plurianuais, e/ou emissão de quaisquer valores mobiliários que possam ser convertidos em ações da Sociedade, de suas subsidiárias, suas controladas ou coligadas; (g) negociação, pela Sociedade, suas subsidiárias, suas controladas ou coligadas de ações de sua própria emissão, incluindo, mas não se limitando, a aquisição de ações de sua própria emissão, de terceiros ou o cancelamento; (h) aquisição, alienação ou oneração de bens móveis ou imóveis; (i) aquisição, alienação ou oneração de quaisquer produtos, incluindo renúncia a quaisquer direitos relativos à propriedade intelectual e/ou industrial, cujo valor seja superior R\$ 500.000,00, e que não estejam previstas nos respectivos orçamentos e plano de negócios anuais; (j) aprovação dos orçamentos e balanços anuais ou plurianuais da Sociedade, suas subsidiárias, suas controladas ou coligadas; (k) aprovação das finalidades primárias do negócio da Sociedade, suas subsidiárias, controladas ou coligadas, tal como vem sendo conduzido atualmente, ou investimentos fora do mesmo; (l) eleição dos Diretores da Sociedade, suas subsidiárias, controladas ou coligadas; (m) aprovação ou alteração na política de distribuição de dividendos da Sociedade, suas subsidiárias, controladas ou coligadas; (n) dissolução e liquidação, ou extinção voluntária, ou rescisão de qualquer uma das subsidiárias, controladas ou coligadas; (o) recuperação judicial ou extrajudicial, ou alienação da concessão sua falência, quando a situação econômica e/ou financeira da Sociedade, suas subsidiárias, controladas ou coligadas, conforme o caso, assim impuser; e (p) a celebração de qualquer instrumento e/ou contrato do qual decorram obrigações ou direitos à Sociedade, suas subsidiárias, controladas ou coligadas em valores superiores a R\$ 500.000,00. Diretoria. Art. 15 - A Diretoria da Sociedade será composta por 2 a 6 Diretores, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Gerente, 1 Diretor Administrativo, 1 Diretor Financeiro e 1 Diretor Controlador. Cada Diretor terá designação específica, todos residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 2 anos, podendo ser reeleitos. § 1º - As atribuições dos Diretores serão especificadas pelo Conselho de Administração que também estabelecerá a remuneração fixa de cada membro da Diretoria, distribuída, quando for o caso, e parâmetros fundamentais aos Diretores zelar pela administração da Sociedade e cumprir fielmente as deliberações da Assembleia Geral. § 2º - A Diretoria é fundamentalmente os Diretores zelar pela administração da Sociedade e cumprir fielmente as deliberações da Assembleia Geral e da Assembleia Geral. § 3º - Ao Diretor Presidente cabe, especialmente, coordenar o andamento das atividades normais da Sociedade, induzindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais, nas reuniões do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões, administrar, gerir e supervisionar os negócios sociais, emitir pareceres, instruções e regulamentos internos necessários, dirigir e controlar a execução das atividades da Sociedade, o impedimento do litígio, caberá ao Conselho de Administração eleger o novo Diretor ou designer o substituto, ficando, em qualquer dos casos, o prazo da gestão e os respectivos vencimentos. § 5º - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, e a sua convocação cabe ao Diretor Presidente, que também presidirá a reunião. § 6º - A reunião extraordinária da Diretoria poderá ser convocada por qualquer um dos membros da Diretoria. § 7º - Os membros da Diretoria deverão apresentar declaração assinada pelo termo respectivo, lavrado em livro próprio. Art. 16 - A Diretoria terá todos os poderes e atribuições que a Lei, o Estatuto Social ou o Conselho de Administração da Sociedade lhe conferir para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Sociedade, podendo delegar a execução de todos os atos e a realização de todas as operações que não relacionadas com a administração da Sociedade e não forem da competência exclusiva da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, ou ainda que desde último não exijam prévia manifestação. Art. 17 - Todos os documentos que importem responsabilidade comercial, ban-



carta, financeiro ou patrimonial para a Sociedade, tais como escrituras de qualquer natureza, livros de câmbio, cheques, ordens de pagamento, contratos, em geral ou quaisquer outros documentos ou atos que importem responsabilidade ou obrigação para a Sociedade ou que, total ou parcialmente, onerem terceiros as suas obrigações para com a Sociedade, somente serão válidos se assinados por 2 Diretores em conjunto, sendo um deles, necessariamente, o Diretor Geral ou o Diretor Financeiro. § 1º - A Sociedade será representada isoladamente por qualquer dos membros da Diretoria, sem as formalidades previstas neste artigo, nos casos de prestação de depoimento pessoal e na qualidade de preposto em audiências. § 2º - É expressamente vedado o uso da denominação social em negócios afilados aos interesses da sociedade, especialmente avais e fianças em obrigações de terceiros, salvo prévia e expressa aprovação do Conselho de Administração. Art. 18 - Os mandatos serão sempre assinados por 2 membros da diretoria, um dos quais obrigatoriamente o Diretor Presidente, e serão outorgados para fins específicos e por prazo determinado, salvo os que contemplarem o poder de outorga ad judicia. Capítulo V - Conselho Fiscal: Art. 19 - O Conselho Fiscal, composto de 3 a 5 membros a suplentes em igual número, não terá caráter permanente, e só será eleito e instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, nos casos previstos em lei. Art. 20 - O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira AGO após a sua instalação, podendo os seus membros ser reeleitos. Art. 21 - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. Capítulo VI - Exercício social, balanço e resultados: Art. 22 - O exercício social terá a duração de 1 ano, e terminará no último dia do mês de dezembro de cada ano. Art. 23 - Ao fim de cada exercício social serão elaborados, com base na escrituração mercantil da Sociedade, as demonstrações financeiras previstas em lei. § 1º - A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou, respeitados os preceitos legais, em períodos menores, e aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados. § 2º - A qualquer tempo, a Diretoria também poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. § 3º - O valor pago ou creditado a título de juros sobre o capital próprio, nos termos do § 9º, § 7º da Lei nº 9.249/96 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais. § 4º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. § 5º - A Sociedade realizará auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM. Art. 24 - O resultado dos exercícios serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. § 1º - Sobre o lucro remanescente apurado na forma do caput deste Art., será calculada a participação estatutária dos Administradores, até o limite máximo legal. § 2º - Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o § anterior, destinam-se: I) 5% para reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado; II) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o § anterior e ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, destinam-se 1% para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os seus acionistas; III) o saldo remanescente terá a destinação que lhe for atribuída pela Diretoria, no pressuposto da aprovação da Assembleia Geral e caso esta não decida diversamente. Capítulo VII - Liquidação: Art. 25 - A Sociedade entrará em liquidação quando, previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, e se extinguir pelo encerramento da liquidação. § Único - O Conselho de Administração nomeará o liquidante, as formas e diretrizes a seguir e fixará os seus honorários. Capítulo VIII - Disposições gerais: Art. 26 - Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data que tenham sido postos à disposição do acionista, e revertendo em favor da sociedade. Art. 27 - A Sociedade observará os acordos do art. 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à respectiva Administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos, e ao Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar os votos lançados de forma incompatível com as disposições dos mesmos acordos. Art. 28 - A Sociedade disponibilizará aos acionistas cópias dos contratos celebrados com partes relacionadas, dos acordos de acionistas e dos programas de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários da Sociedade. Art. 29 - No caso de abertura de capital da Sociedade, a mesma obriga-se a aderir o segmento especial de bolsas de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos no Art. 2º, § 4º, na Instrução 391/2003 da CVM. Art. 30 - A Cia., seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento da Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei 6.404/76 e neste Estatuto Social. Art. 31 - Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente estatuto social, seja nas relações entre os acionistas ou entre estes e a Sociedade, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Id: 139549

CFP/MEF Nº 76.535.764/0001-43 - NIRE 33 3 0029520-8  
COMPANHIA ABERTA  
ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA DA OIA REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2012. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 31 de julho de 2012, às 17h, na sede social da Companhia, localizada na Rua 3, nº 99, Politécnico, nº 99, Botafogo, no Rio de Janeiro - RJ. PRESENCAS: Presentes o Diretor Presidente, Sr. Francisco Costa Valim Filho, o Diretor Sr. Alex Waldemar Zomig, Francis James Leahy Kananay, João Santos Ripper, Julio Cesar Fonseca, Eurico de Deus Pinheiro Macedo e Bayard de Paoli Gonçalo, Tarcos Rebelo Dias e a Sra. Daniela Gaszler Ventura, na qualidade de Secretária. ORDEM DO DIA: (I) Apreciação de Constituição do CONSORCIO OI - CODEBA. DELIBERAÇÕES: Iniciada a reunião, os Diretores indicaram a Sra. Daniela Gaszler Ventura para secretar os trabalhos. Em seguida, com relação ao único item da Ordem do Dia, os Diretores decidiram aprovar a constituição, ratificando todos os atos já praticados pela Companhia, do CONSORCIO OI - CODEBA, para participação da Companhia no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2012, promovido pela COMPANHIA DAS DOCS DO ESTADO DA BAHIA (CODEBA), para prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal - SMP, com fornecimento de 60 (sessenta) aparelhos celulares em regime de comodato na modalidade local e longa distância; fornecimento de 01 (um) modem USB para acesso a Internet 3G, em regime de comodato; e prestação de serviços SMP, na modalidade local, para atendimento de 24 (vinte e quatro) linhas/acesos móveis que serão utilizados em interface da Central de PABX da CODEBA (interface celular Quadriband) na Sede da CODEBA e Porto de Salvador (localizados em Salvador - BA), no Porto de Aratu-Candias (localizado em Candias - BA), no Porto de Ilheus (localizados em Ilheus - BA), cujo valor contratual é de R\$ 277.837,20 (duzentos e setenta e sete mil oitocentos e trinta e sete reais e vinte centavos), pelo prazo de 72 (setenta e dois) meses, sendo líder do Consórcio o TNL PCS S.A., participando de 70% (setenta por cento), a Telmar Norte Leste S.A., participando de 25% (vinte e cinco por cento) e a Companhia, participando de 5% (cinco por cento). Foi autorizada, também, a adoção, pela Diretoria ou procuradores regularmente constituídos, de todas as providências necessárias à constituição e formalização do consórcio inclusive as medidas necessárias junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MEF), a Junta Comercial, dentre outros órgãos públicos competentes. APROVAÇÃO E ASSINATURAS: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, do que, para constar, lavrou-se esta ata que lida e echada conforme val assinada pelos presentes. (a.a.)

Francisco Costa Valim Filho - Diretor Presidente, Alex Waldemar Zomig, Francis James Leahy Kananay, João Santos Ripper, Pedro Santos Ripper, Julio Cesar Fonseca, Eurico de Deus Pinheiro Macedo e Bayard de Paoli Gonçalo, Tarcos Rebelo Dias e a Sra. Daniela Gaszler Ventura, na qualidade de Secretária. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Nome: OIA. Certificado que o presente foi arquivado sob o nº 2368200 e data de 06/08/2012. Valéria G. M. Seta - Secretária Geral.

Id: 139498

OIA S.A.  
CNPJ/MF Nº 76.535.764/0001-43 - NIRE 33 3 0029520-8  
ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA DA OIA REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 2012. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 30 de julho de 2012, às 13h, na sede social da Companhia, localizada na Rua General Polidoro, nº 99, Botafogo, no Rio de Janeiro - RJ. PRESENCAS: Presentes o Diretor Presidente, Sr. Francisco Costa Valim Filho, e os Diretores Srs. Alex Waldemar Zomig, Francis James Leahy Kananay, João Santos Ripper, Julio Cesar Fonseca, Eurico de Deus Pinheiro Macedo e Bayard de Paoli Gonçalo, Tarcos Rebelo Dias e a Sra. Daniela Gaszler Ventura, na qualidade de Secretária. ORDEM DO DIA: (I) Resultado do 2º trimestre/2012. DELIBERAÇÕES: Iniciada a reunião, os Diretores indicaram a Sra. Daniela Gaszler Ventura para secretar os trabalhos. Relativamente ao único item da Ordem do Dia, o Sr. Alex Waldemar Zomig apresentou o Resultado da Companhia no 2º trimestre de 2012 e os aspectos relevantes. Informando, ainda, que a divulgação deverá ocorrer até o dia 15 de agosto de 2012. Após, foi cedida a palavra ao representante dos auditores independentes, Sr. Jose Luiz Gurgel, que esclareceu as questões levantadas pelos Diretores e declarou não ter nenhuma observação adicional a fazer. Após ser apreciada pela Diretoria, a matéria foi aprovada por unanimidade dos Diretores. APROVAÇÃO E ASSINATURAS: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, do que, para constar, lavrou-se esta ata que lida e echada conforme val assinada pelos presentes. (a.a.) Francisco Costa Valim Filho - Diretor Presidente, Alex Waldemar Zomig, Tarcos Rebelo Dias, Francis James Leahy Kananay, Pedro Santos Ripper, Julio Cesar Fonseca, Eurico de Deus Pinheiro Macedo e Bayard de Paoli Gonçalo, Tarcos Rebelo Dias e a Sra. Daniela Gaszler Ventura, na qualidade de Secretária. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Nome: OIA. Certificado que o presente foi arquivado sob o nº 2378437 e data de 30/08/2012. Valéria G. M. Seta - Secretária Geral.

Id: 139503

SANVITTORE PARTICIPAÇÃO S/A  
CNPJ Nº 09.676.441/0001-82  
EXTRATO DA ATA DA AGE DE 02/10/2012. Aos 2 dias do mês de outubro de 2012, os Acionistas da SANVITTORE PARTICIPAÇÃO S/A, CNPJ Nº 09.676.441/0001-82, reunidos em sua sede em Assembleia Geral Extraordinária, decidiram por unanimidade: (I) AUMENTAR o Capital Social da Companhia de R\$1.060.000,00 (um milhão e sessenta mil reais) para R\$ 1.940.000,00 (um milhão, novecentos e quarenta mil reais), totalmente integralizado mediante a capitalização do saldo da conta de Lucros Acumulados; (II) REDUZIR o Capital Social da Companhia, ora aumentado para R\$ 1.940.000,00 (um milhão, novecentos e quarenta mil reais), em R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), na forma do artigo 174 da Lei 6.404/76, passando o saldo para R\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais), sendo de volvido aos acionistas, em pagamento das ações ora extintas, ativos da Companhia representados por títulos mobiliários e dinheiro; (III) Consolidar o Estatuto Social. A ata foi assinada pelos acionistas presentes. O presente extrato foi extraído na forma do disposto no Art. 130 § 3º da Lei 6.404/76, estando a íntegra da Ata transcrita no Livro de Registro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia e que não se arquivou no prazo de 60 (sessenta) dias contados da presente publicação, para cumprimento das formalidades constantes do disposto no artigo 174 da Lei 6.404/76.

Id: 1394429

BR MALLS PARTICIPAÇÃO S.A.  
CNPJ/MF Nº 06.977.745/0001-91 - NIRE Nº 33.30028170-3  
COMPANHIA ABERTA  
Ata de Reunião do Conselho de Administração. Data, Horário e Local: Aos 10/10/2012, às 11h, na sede da "BR Malls", "Emissora" ou "Companhia", na Av. Afonso de Melo Franco nº 290, salas 102, 103 e 104 - RJ. Convocação: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Cia, nos termos do art. 17, § 1º, do estatuto social da Cia. Presença: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Cia, a saber: Srs. Carlos Medeiros Silva Neto e Luiz Alberto Quintas, e a Sra. Richard Paul Malheiros, José Ede Pereira da Costa Jr., José Márcio Camargo, Ricardo Dias da Cruz Afonso Pereira e Gonçalo Cristovam Melheiros de Araújo Dias, que participaram da reunião por conferência telefônica. Mesa: Presidência: Carlos Medeiros Silva Neto. Secretária: Cláudia da Rosa Cortes de Lacerda. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre (I) a 3ª emissão, pela Cia, de 148 notas promissórias comerciais, em série única, com valor nominal unitário de R\$2.500.000,00, totalizando a captação de R\$370.000.000,00, na data de emissão, e com vencimento em até 180 dias, contados da data de emissão, nos termos da Instrução da CVM nº 134/90 e da Instrução da CVM nº 155/91 ("Notas Comerciais"), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, em regime de garantia firme, nos termos da Instrução CVM nº 429/06 ("Emissão" e "Oferta"); e (2) caso aprovada a Emissão, autorização à Diretoria da Cia para (i) celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários ou convenientes à realização da Emissão e da Oferta; (ii) contratar (a) instituição (s) financeira (s) para intermediar a oferta; (b) os demais prestadores de serviços para a Emissão e a Oferta, incluindo, banco mandatário das Notas Comerciais ("Banco Mandatário"), assessores legais e, caso necessário, representantes dos titulares das Notas Comerciais ("Agente de Notas"), entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os respectivos honorários. Deliberações: Os membros do Conselho de Administração da Cia aprovaram, nos termos do art. 19, alínea (s), do Estatuto Social da Cia, por unanimidade e sem qualquer ressalva: 1. a realização da Oferta, com as seguintes características e condições: (a) Número da Emissão: As Notas Comerciais representam e terão emissão de Notas Comerciais da Cia; (b) Valor total da Emissão: O valor total da Oferta será de R\$370.000.000,00, na Data de Emissão (conforme definido abaixo); (c) Séries: As Notas Comerciais serão emitidas em série única; (d) Quantidade: Serão emitidas 148 Notas Comerciais; (e) Valor Nominal Unitário: Cada Nota Comercial terá valor nominal de R\$2.500.000,00 na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (f) Garantias/Avais: As Notas Comerciais não contarão com garantias ou avais; (g) Forma e Comprovação de Titularidade: As Notas Comerciais serão emitidas fisicamente, em forma cartular, e ficarão depositadas no Banco Mandatário. Para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será comprovada, pela respectiva cartula emitida fisicamente, sendo passível de circulação por endosso em preto, sem garantia, por mera transferência. A titularidade observará o disposto na alínea "m". Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato emitido, em nome do respectivo titular das Notas Comerciais, pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), quando as Notas Comerciais estiverem custodiadas eletronicamente no CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"); (h) Data de Emissão: A data de emissão das Notas Comerciais correspondente à data da publicação desta Instrução e integralização da respectiva Nota Comercial ("Data de Emissão"); (i) Prazo e Data de Vencimento: cada uma das Notas Comerciais terá prazo de vencimento de até 180 dias contados contados da respectiva Data de Emissão ("Data de Vencimento"); (j) Forma de Subscrição: Os interessados em subscrição e integralização das Notas Comerciais serão registrados para distribuição no mercado primário, sendo subscritas e integralizadas de acordo com

os procedimentos da CETIP, por meio do SDT - Módulo de Distribuição ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; (k) Destinação de Recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Cia com a Oferta serão destinados à gestão de passivos da Cia no curso ordinário de seus negócios; (l) Forma e Preço de Integralização: Cada Nota Comercial será integralizada à vista, na Data de Emissão, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário de acordo com as normas de liquidação da CETIP; (m) Negociação: As Notas Comerciais serão registradas para negociação no mercado secundário, no CETIP21, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Notas Comerciais custodiadas eletronicamente na CETIP; (n) "Pagamento" do Valor Nominal Unitário: O Valor Nominal Unitário de cada uma das Notas Comerciais será integralmente pago na respectiva Data de Vencimento das Notas Comerciais, na data de declaração de inadimplência antecipada em decorrência de um Evento de Inadimplência Antecipado (conforme definido abaixo), ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo), nos termos e condições a serem previstos nas Cartulas das Notas Comerciais, o que ocorrer primeiro, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento; (o) Remuneração: O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais não será atualizado monetariamente. Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais incidirá juros remuneratórios, calculados a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "pro extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de 0,50% ao ano, base 252 dias úteis ("Remuneração"). A Remuneração de cada Nota Comercial será acumulativa pro rata temporis por dias úteis decorrentes da Data de Emissão (inclusive) até a data do efetivo pagamento da respectiva Nota Comercial (exclusive), de acordo com os critérios definidos no "Cedendo de Fórmulas das Notas Comerciais e Obrigações - CETIP21", disponível para consulta na página da CETIP na Internet (<http://www.cetip.com.br>), reproduzidos nas Cartulas das Notas Comerciais. A Remuneração de cada uma das Notas Comerciais será paga em uma única parcela na respectiva Data de Vencimento, na data de declaração de um vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplência (conforme definido nas Cartulas das Notas Comerciais) ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo (conforme definido abaixo); (p) Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá, nos termos da Instrução da CVM nº 134/90 e observadas as disposições das Cartulas das Notas Comerciais, resgatar antecipadamente as Notas Comerciais ("Resgate Antecipado Facultativo"), em sua totalidade, a qualquer tempo, a partir do 30º dia a contar da Data de Emissão, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais objeto do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data do Resgate Antecipado Facultativo, sem qualquer prêmio ou penalidade. O Resgate Antecipado Facultativo deverá ser realizado mediante o prévio envio, em até 5 dias úteis da data de sua realização, pela Cia, de comunicação aos titulares das Notas Comerciais, sendo que tal notificação deverá informar a data, o local da realização, o procedimento de resgate e o valor a ser resgatado, o qual será de acordo com a regra do CETIP. Não haverá possibilidade de resgate parcial das Notas Comerciais, sendo sempre possível o resgate antecipado total. A CETIP deverá ser comunicada pela Cia com, no mínimo, 2 dias úteis de antecedência, das datas estipuladas para a realização do Resgate Antecipado Facultativo; (q) Local de Pagamento: Os pagamentos referentes às Notas Comerciais serão efetuados: (i) em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP, com relação às Notas Comerciais que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) em conformidade com os procedimentos de pagamento de resgate parcial das Notas Comerciais, quando não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP; (r) Encargos Moratórios: Ocorrendo impropriedade no pagamento de qualquer quantia devida ao titular de cada Nota Comercial, sobre os valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou intelecção judicial ou extrajudicial, (a) juros de mora de 1% ao mês, calculados pro rata temporis desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento; (b) multa por inadimplemento, irredutível e de natureza compensatória de 2% ("Encargos Moratórios"). Os Encargos Moratórios ora estabelecidos incidirão, conforme o caso, a partir da Data de Vencimento, da data de declaração de eventual vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplência (conforme definido nas Cartulas das Notas Comerciais) ou de data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo, independentemente de aviso, notificação ou intelecção judicial ou extrajudicial; (s) Prorrogação dos Prazos: Decorrentes-se a prorrogação dos prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Cartula das Notas Comerciais até o primeiro dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja dia útil, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos em que os pagamentos devam ser efetuados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados nacionais, sábados ou domingos; (t) Procedimento de Distribuição e Regime de Colocação de Notas Comerciais: A distribuição de Notas Comerciais será objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de subscrição da totalidade das Notas Comerciais, pelo Banco BTG Pactual S.A., instituição financeira com escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729, 8º a 10º andares, SP - CNPJ nº 30.306.294/0002-26 ("Coordenador Líder") e pelo Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, instituição financeira com sede na Cidade SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 14º andar, CNPJ nº 62.331.228/0001-11 ("Deutsche Bank"), em conjunto com o Coordenador Líder ("Coordenadores"). Não existindo reservas antecipadas, nem limites mínimos ou máximos. As Notas Promissórias somente serão subscritas e integralizadas após a aprovação da Oferta pela CVM, nos termos do art. 3º da Instrução CVM 429/06, observado ainda a divulgação de informações conforme inciso II do art. 2º da Instrução CVM 429/06. O prazo máximo para distribuição pública das Notas Promissórias será de até 5 dias úteis, a contar da data da obtenção do registro autônomo na CVM; (u) Eventos de Inadimplência e Vencimento Antecipado: Na ocorrência de determinados eventos a serem definidos nas Cartulas das Notas Comerciais, os titulares das Notas Comerciais poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Notas Comerciais e exigir o imediato pagamento, pela Cia, do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, bem como Encargos Moratórios, se for o caso, e demais custos previstos nas Notas Comerciais. 2. autônomo, a partir da data de ocorrência dos eventos, os titulares das Notas Comerciais não foram aqui fixados e que serão necessários para a sua implementação; (v) Elaborar, em conjunto com os Coordenadores, o plano de distribuição das Notas Comerciais; (c) celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Oferta e a emissão das Notas Comerciais; (d) contratar (i) os Coordenadores; (ii) o Banco Mandatário das Notas Comerciais; (iii) o Agente de Notas, caso necessário; e (iv) os demais prestadores de serviços para a distribuição e negociação das Notas Comerciais, entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os honorários; e (e) ratificar todos os atos relativos à Oferta que tenham sido praticados anteriormente pela Diretoria da Cia. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a ata e que se refere esta RCA, que foi aprovada e assinada por todos os presentes. Assinaturas: Mesa: Presidente: Carlos Medeiros Silva Neto. Secretária: Cláudia da Rosa Cortes de Lacerda. Conselheiros: Richard Paul Malheiros, Carlos Medeiros Silva Neto, Luiz Alberto Quintas, José Ede Pereira da Costa Jr., José Márcio Camargo, Ricardo Dias da Cruz Afonso Pereira e Gonçalo Cristovam Melheiros de Araújo Dias. Rio de Janeiro, 10/10/2012. Confere com o original lavrado em livro próprio. Cláudia da Rosa Cortes de Lacerda - Secretária. JUCERJA nº 2397614 em 15/10/2012.

Id: 1394903